|  |
| --- |
| AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS |
| MINUTA DE REGULAMENTO TÉCNICO ANP Nº X/2014 |
| Versão Proposta de Ação - 02 |
|  |
| **Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - ANP** |
| **04/06/2014** |

|  |
| --- |
| *Este Regulamento estabelece as definições, diretrizes e normas para a realização de despesas a que se referem as Cláusulas de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação, presentes nos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, bem como estabelece as regras para comprovação das despesas realizadas pelas Empresas Petrolíferas em cumprimento as referidas cláusulas contratuais.* |

Sumário

1. Dos Aspectos Gerais4

Objetivo4

Base Legal4

Princípios4

Definições5

Sigilo..............................................................................................................................................................7

Ativos Tangíveis e Intangíveis Gerados8

Divulgação de Resultados Obtidos9

1. Da Obrigação de Investimento em P,D&I10

Fato Gerador10

Valor da Obrigação.10

Prazo e Regras Gerais para Aplicação dos Recursos11

Apuração e Atualização de Saldo de Recurso não Aplicado12

Compensação de Despesas com P,D&I.......................................................................................................13

Receita Financeira ......................................................................................................................................13

1. Do Comitê Técnico Científico – COMTEC...................................................................................15
2. Da Aplicação dos Recursos.......................................................................................................16

Programa de Formação e Qualificação de Recursos Humanos..................................................................17

Projeto ou Programa na área de Ciências Sociais, Humanas e da Vida......................................................17

Projeto ou Programa para Estudo de Bacias Sedimentares de Nova Fronteira que envolva a Aquisição de Dados Geológicos, Geoquímicos e Geofísicos.....................................................................................18

Projeto Específico de Implantação ou Melhoria de Infraestrutura Laboratorial........................................18

Projeto Específico de Contratação de Pessoal Administrativo e Técnico-Operacional................................19

Programa Tecnológico para Desenvolvimento e Capacitação Técnica de Fornecedores............................19

Projeto ou Programa Cooperativo..............................................................................................................20

Vedações.....................................................................................................................................................20

1. Da Aprovação Preliminar de Projeto e Programa......................................................................21
2. Das Despesas Admitidas...........................................................................................................22

*Despesas Admitidas em Empresa Petrolífera ou Afiliada........................................................................22*

*Despesas Admitidas em Empresa Brasileira Fornecedora de Bens e Serviços........................................23*

*Despesas Admitidas em Instituições Credenciadas.................................................................................24*

*Vedações.................................................................................................................................................26*

*Orientações Específicas...........................................................................................................................26*

1. Fiscalização da Aplicação dos Recursos.....................................................................................27

*Relatório Demonstrativo Anual das Despesas Realizadas com P,D&I....................................................28*

*Arquivo de Informações e Guarda de Documentos.................................................................................29*

*Análise Técnica e Aprovação de Despesas Realizadas............................................................................30*

*Parecer Técnico de Fiscalização..............................................................................................................31*

*Auditoria Contábil e Financeira..............................................................................................................31*

*Visitas Técnicas de Fiscalização..............................................................................................................32*

*Liquidação da Obrigação de P,D&I.........................................................................................................32*

1. Disposições Transitórias...........................................................................................................33

ANEXO A–CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS ACERCA DAS DESPESAS ADMITIDAS............................................34

ANEXO B - REQUISITOSACERCA DA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM SUBMETIDOS À ANP......39

## ***CAPÍTULO 1 - DOS ASPECTOS GERAIS***

**Objetivo**

* 1. Este Regulamento estabelece as definições, diretrizes e normas para a realização de despesas a que se referem as Cláusulas de Pesquisa e Desenvolvimento ou de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, doravante denominadas de Cláusulas de P,D&I, presentes nos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, bem como estabelece as regras para comprovação das despesas realizadas pelas Empresas Petrolíferas em cumprimento às referidas cláusulas contratuais.

**Base Legal**

* 1. As Cláusulas de P,D&I presentes nos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, têm por objetivo atender ao disposto na Lei nº 9.478, de 06/08/1997, que estabeleceu, dentre as atribuições da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, a competência de estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias para o setor.

**Princípios**

* 1. As Cláusulas de P,D&I estabelecem a obrigação de realização de despesas qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação pelas Empresas Petrolíferas, cujo cumprimento será regido pelo estabelecido neste Regulamento e na legislação aplicável.
  2. A realização das despesas qualificadas como P,D&I deve ter por finalidade a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico no setor de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e outras fontes de Energia, Meio Ambiente e Indústria Petroquímica de Primeira e Segunda Geração, visando fomentar o desenvolvimento da indústria nacional, a busca de soluções tecnológicas e o fortalecimento do conteúdo local de bens e serviços fornecidos.
  3. As despesas qualificadas como P,D&I serão realizadas na forma de projetos ou programas que poderão ter como executores a própria empresa Petrolífera, empresas fornecedoras de bens e serviços ou instituições credenciadas pela ANP, por meio da execução de projetos ou programas de P,D&I.
  4. Na aplicação dos recursos da Cláusula de P,D&I deverão ser observados os aspectos técnicos, de efetividade, de economicidade e de legalidade, cabendo à Empresa Petrolífera zelar pelo atendimento destes aspectos nos projetos ou programas por ela contratados.
  5. A ANP é responsável pela análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos oriundos da Cláusula de P,D&I.
  6. O não cumprimento das disposições contidas no presente Regulamento implicará na aplicação de penalidades, nos termos previstos na Lei nº 9.847 de 26 de outubro de 1999 e no Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999, e outros instrumentos legais.

**Definições**

* 1. Empresa Petrolífera - Empresa signatária de contratos de concessão, cessão onerosa ou partilha firmados com a União, por intermédio da Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP ou do Ministério das Minas e Energia - MME, para fins de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.
  2. Instituição Credenciada – Universidade ou Instituição de Pesquisa e Desenvolvimento credenciada pela ANP nos termos previstos no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012.
  3. Empresa Brasileira - Organização econômica, devidamente registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, instituída para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, com finalidade lucrativa, constituída sob as leis brasileiras e com sede de sua administração no Brasil. (Art. 60, DL 2.627/40 e Art. 1.126, Lei Nº 10.406/2002).
  4. Empresa de Base Tecnológica – Empresa brasileira que fundamente sua atividade produtiva no desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços baseados na aplicação sistemática de conhecimentos científicos e tecnológicos.
  5. Pesquisa e Desenvolvimento - É o trabalho criativo desenvolvido de forma sistemática para aumentar o campo dos conhecimentos científicos e tecnológicos ou a utilização desses conhecimentos para criar novas aplicações.
  6. Inovação - Introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, que decorram da realização de atividade de pesquisa e desenvolvimento, podendo envolver atividades depesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, treinamento específico de recursos humanos e fabricação piloto.
  7. Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento – Investigação científica ou tecnológica com início e final definidos, fundamentada em objetivos específicos e procedimentos adequados, empregando recursos humanos, materiais e financeiros, visando à obtenção de resultados de causa e efeito ou colocação de fatos novos em evidência.
  8. Programa Tecnológico - Compreende o conjunto de ações e projetos coordenados que têm como objetivo atingir, em um prazo determinado e com recursos humanos, materiais e financeiros definidos, um ou mais resultados em termos da solução tecnológica de um ou mais problemas. O Programa Tecnológico deverá relacionar o conjunto de ações e os respectivos projetos vinculados.
  9. Projeto ou Programa Estruturante – Projeto ou programa de P,D&I que crie competência nova ou consolide competência emergente para o sistema de ciência, tecnologia e inovação do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis.
  10. Para fins de aplicação do disposto no presente Regulamento, consideram-se como atividades de P,D&I aquelas realizadas na forma de projetos ou programas relacionadas com:
      1. Pesquisa Básica - Trabalho teórico ou experimental empreendido primordialmente para a aquisição de uma nova compreensão dos fundamentos subjacentes aos fenômenos e fatos observáveis, sem ter em vista nenhum uso ou aplicação específica. A pesquisa básica analisa propriedades, estruturas e conexões com vistas a formular e comprovar hipóteses, teorias e leis.
      2. Pesquisa Aplicada - Investigação original concebida pelo interesse em adquirir novos conhecimentos, sendo primordialmente dirigida em função de um fim ou objetivo prático específico.
      3. Desenvolvimento Experimental - Trabalho sistemático, delineado a partir de conhecimento preexistente, obtido por meio da pesquisa e/ou experiência prática e aplicado na produção de novos materiais, produtos e aparelhagens, no estabelecimento de novos processos, sistemas e serviços e, ainda, no substancial aperfeiçoamento dos já produzidos ou estabelecidos.
      4. Protótipo - Modelo original básico, representativo de alguma criação nova, detentor das características essenciais do produto pretendido, cujo desenvolvimento abrange a elaboração do projeto, a construção, a montagem, testes laboratoriais de funcionamento e de operação em campo para homologação, ensaios para certificação e controle da qualidade.
      5. Unidade-Piloto - Instalação operacional, em escala não comercial, destinada a obter experiências, dados técnicos e outras informações, com a finalidade de: avaliar hipóteses, estabelecer novas formulações para produtos, projetar equipamentos e estruturas especiais necessárias a um novo processo, bem como preparar instruções operacionais ou manuais sobre o produto ou processo.
      6. Cabeça de Série – Produto que resulta do aperfeiçoamento de protótipo obtido em projeto de P,D&I ou programa tecnológico anterior. Nesta fase busca-se melhorar o desenho e as especificações do protótipo para eliminar peças e componentes com dificuldade de reprodução em larga escala. Definem-se também as características básicas da linha de produção e do produto.
      7. Lote Pioneiro - Produção em escala piloto de cabeça de série fruto de desenvolvimento de projeto de P,D&I ou programa tecnológico anterior. Nesta fase, realiza-se uma primeira fabricação para ensaios de validação, análise de custos e refino do projeto, com vistas à produção industrial e/ou à comercialização.
      8. Fabricação Piloto - Considera-se o projeto de desenvolvimento tecnológico industrial para produção de novo produto, novo processo ou de produto considerado de fabricação pioneira no País, podendo abranger equipamentos específicos para linha de produção, engenharia de produto, fabricação de cabeça de série, lote pioneiro, testes funcionais para certificação, homologação e controle de qualidade do novo produto ou processo para produção industrial.
  11. Poderão ainda ser consideradas, quando realizadas no âmbito de projeto de P,D&I ou programa tecnológico, as atividades relacionadas com:
      1. Serviço Tecnológico - Serviço específico para desenvolvimento, geração, melhoramentos ou avaliação tecnológica de novos produtos ou processos. O serviço tecnológico pode abranger a Engenharia Básica Não Rotineira e a Tecnologia Industrial Básica:
         1. Engenharia Básica Não Rotineira – Atividade que envolve a concepção, definição e especificação de parâmetros ainda desconhecidos para detalhamento de projetos diretamente relacionados a processos de inovação tecnológica decorrentes de atividades de P,D&I.
         2. Tecnologia Industrial Básica – Atividades dirigidas para a normalização técnica, a avaliação de conformidade para controle de qualidade, a homologação e a certificação de novas metodologias e novos produtos e processos aplicados ao setor.
      2. Pesquisa em Meio Ambiente – Atividades de P,D&I, quer seja na prevenção, na monitoração, controle, redução ou mitigação dos danos ambientais, relacionadas com os impactos ambientais decorrentes da indústria de petróleo e gás natural e de biocombustíveis, desde que tais atividades não estejam circunscritas ao cumprimento de exigências de órgãos ambientais e que, reconhecidamente, os resultados nelas obtidos representem uma contribuição científica ao tema.
  12. Atendidas as condições especificadas neste Regulamento, as atividades realizadas em projeto ou programa de formação e qualificação de recursos humanos, de implantação de infraestrutura laboratorial e destinado à contratação de pessoal para atuação em infraestrutura laboratorial implantada são consideradas como equiparadas a atividades P,D&I para efeito de aplicação de recursos da Cláusula de P,D&I.
  13. Ano Calendário – corresponde ao ano civil, de janeiro a dezembro, em que a obrigação de investimento em P,D&I tenha sido gerada.
  14. Saldo de Recursos Não Aplicados – Montante apurado no âmbito do processo de Fiscalização de que trata o Capítulo 7, referente às despesas não realizadas no prazo estabelecido ou realizadas porém não enquadradas pela ANP, vinculado ao cumprimento da Cláusula de P,D&I presente nos contratos de concessão e de partilha da produção.
  15. Saldo Credor a Compensar – Montante apurado no âmbito do processo de Fiscalização de que trata o Capítulo 7, referente às despesas com P,D&I realizadas antecipadamente à ocorrência de fato gerador da obrigação ou realizadas a maior, vinculado ao cumprimento da Cláusula de P,D&I nos contratos de concessão, partilha da produção e cessão onerosa.

**Sigilo**

* 1. Todas as informações sobre tecnologias, produtos, processos e resultados relacionados aos recursos da Cláusula de P,D&I passíveis de proteção da propriedade intelectual serão tratadas e armazenadas de forma sigilosa pela ANP, por um período máximo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de término do projeto ou programa, ou da data do depósito do pedido de patente, exceto nas seguintes hipóteses:
     1. Quando as informações já forem públicas ou se tornarem públicas por meio de terceiros autorizados a divulgá-las;
     2. Quando previamente acordado pela ANP e pela Empresa Petrolífera, de forma motivada, a adoção de prazo diferente.
  2. A ANP tornará disponíveis as informações referentes a projetos não-sigilosos para pessoas físicas residentes no País e pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, incluindo instituições de pesquisa e desenvolvimento localizadas no País.

**Ativos Gerados no âmbito dos projetos e programas**

* 1. Entende-se por Ativos Intangíveis todo e qualquer resultado ou solução tecnológica gerado no âmbito de atividades de P,D&I tais como, invenções, modelos de utilidade, desenho industrial, programas de computador, cultivares, know-how e direitos autorais.
  2. Os instrumentos contratuais na forma de contratos, convênios, acordos de cooperação e outros, firmados no âmbito do atendimento à Cláusula de P,D&I, que possam resultar, direta ou indiretamente, na geração dos Ativos a que se refere o item 1.26, deverão conter, obrigatoriamente, dispositivos que assegurem direitos de propriedade integral sobre os respectivos ativos para as Instituições credenciadas ou empresas que tenham efetivamente executado as atividades de P,D&I.
  3. No caso de projetos em que haja co-executores, os direitos deverão ser compartilhados pelas empresas e instituições participantes proporcionalmente à contribuição das mesmas como executoras das atividades de P,D&I e nos respectivos resultados alcançados.
  4. Ficando comprovada a participação da Empresa Petrolífera na criação, poderá ser prevista a co-titularidade em percentual que corresponda a sua contribuição como executora da atividade de P,D&I e nos respectivos resultados alcançados que decorram da atividade de P,D&I por ela executada.
  5. A Empresa Petrolífera que tiver aportado recursos no projeto ou programa terá prioridade na aquisição da tecnologia ou licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida.
  6. A transferência da tecnologia ou licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida devem ter por objetivo o desenvolvimento da indústria nacional e deverão ser revertidos em ganho econômico para as instituições ou empresas brasileiras que sejam titulares de tais ativos.
  7. Aos inventores vinculados às Instituições credenciadas deverão ser assegurados no mínimo 5% e no máximo um terço dos ganhos econômicos auferidos pela instituição credenciada com a transferência da tecnologia ou licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida.
  8. Os direitos de propriedade intelectual de titularidade da Empresa petrolífera, da Instituição credenciada, ou da Empresa executora, pré-existentes, ainda que utilizados na execução de projeto contratado no âmbito deste Regulamento, continuarão pertencendo à parte detentora.
  9. A proteção da propriedade intelectual resultante de projeto ou programa em que haja participação de recursos da Cláusula de P,D&I deverá ter seu primeiro registro ou depósito realizado no Brasil tendo como titular ou titulares as instituições credenciadas, empresas brasileiras e empresas Petrolíferas responsáveis pela execução, conforme o caso.
  10. O registro ou depósito a que se refere o item 1.34 é de caráter obrigatório para quaisquer das partes titulares e deverá ser realizado no prazo de até um ano após o término do projeto ou programa.
  11. No caso em que o registro ou depósito previsto nos itens 1.34 e 1.35 não seja realizado em função do interesse mútuo das partes no desenvolvimento da tecnologia sob regime de segredo industrial, o contrato correspondente deverá ser encaminhado à ANP , garantindo-se o caráter reservado de tal documento.
  12. O não atendimento do disposto nos itens 1.34 a 1.36 implicará no não reconhecimento das despesas realizadas com recursos da Cláusula de P,D&I e na aplicação das penalidades cabíveis nos termos estabelecidos no presente Regulamento e no Regulamento ANP n.o 6/2012, conforme o caso.
  13. Os ativos tangíveis, na forma de infra-estrutura para P,D&I, constituídos de bens materiais adquiridos, construídos e produzidos com recursos financeiros aportados no âmbito do projeto ou programa contratado com recursos da Cláusula de P,D&I, deverão ter o seguinte tratamento:

1. Serem doados à Instituição credenciada ou empresa ao término do projeto ou programa;
2. Serem doados a uma Instituição credenciada, não vinculada ao projeto ou programa, mediante autorização da ANP.

**Divulgação dos Resultados Obtidos**

* 1. Todo o material produzido no âmbito do projeto ou programa executado, assim como a infraestrutura relativa a edificações e equipamentos adquiridos, deve exibir a logomarca da ANP e da(s) Empresa(s) Petrolífera(s) que aportou(aram) os recursos.
  2. As publicações técnico-científicas resultantes do desenvolvimento de projeto ou programa deverão referenciar, em espaço apropriado para agradecimentos, o apoio financeiro associado à Cláusula de P,D&I, nos seguintes termos:

*Este trabalho foi apoiado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Brasil, e pela “inserir o(s) nome(s) da(s) empresa(s) Petrolífera(s)”, por meio da Cláusula de Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constante dos contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural*.

## ***CAPÍTULO 2 - DA OBRIGAÇÃO DE INVESTIMENTO EM P,D&I***

**Fato Gerador**

* 1. A obrigação de destinar recursos para P,D&I está vinculada à modalidade dos contratos originais e eventuais termos aditivos e ao campo produtor que deu origem à obrigação.
  2. Nos Contratos de Concessão, a obrigação de destinar recursos para P,D&I é constituída a partir do reconhecimento da receita bruta da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos nos campos para os quais a Participação Especial seja devida em qualquer trimestre do ano civil.
  3. Nos Contratos de Partilha de Produção e no Contrato de Cessão Onerosa, a obrigação de destinar recursos para P,D&I é constituída a partir do reconhecimento da receita bruta anual da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos nos campos pertencentes aos blocos detalhados e delimitados nos respectivos contratos.
  4. O reconhecimento da obrigação de P,D&I deve respeitar o princípio da competência contábil.
  5. A Empresa Petrolífera deverá registrar em conta específica das demonstrações contábeis os valores das obrigações geradas no exercício, bem com as despesas efetivadas e os eventuais saldos a investir, segundo cada modalidade de contrato.
  6. Quando um campo pertencer a uma área licenciada, em qualquer modalidade de contrato, para um consórcio de empresas, ou por qualquer outra forma de associação entre empresas aceita pela ANP, todas as empresas serão responsáveis solidárias pela aplicação de recursos em P,D&I e respectiva comprovação, independentemente de qualquer acordo ou contrato celebrado entre as mesmas.
  7. Verificando-se a hipótese prevista no item 2.6, cada empresa Petrolífera poderá responsabilizar-se pela realização dos investimentos em P,D&I proporcionalmente à sua participação, responsabilizando-se, igualmente, pela respectiva comprovação junto à ANP, nos termos estabelecidos neste Regulamento, observadas as seguintes condições:
     1. A quitação plena da obrigação de investimento em P&D relacionada a um ou mais campos vinculados a um contrato específico, em um determinado período de referência, somente será reconhecida mediante a comprovação do cumprimento do valor integral da obrigação apurado para os referidos campos;
     2. A Empresa Petrolífera suportará as penalidades aplicadas em decorrência de eventual descumprimento da obrigação contratual por quaisquer das empresas coparticipantes.

**Valor da Obrigação**

* 1. Nos Contratos de Concessão, o valor da obrigação corresponde a 1% (um por cento) da receita bruta da produção apurada trimestralmente para os campos em que a Participação Especial seja devida.
  2. Nos Contratos de Partilha de Produção, o valor da obrigação corresponde a 1% (um por cento) da receita bruta anual da produção.
  3. No Contrato de Cessão Onerosa, o valor da obrigação corresponde a 0,5% (meio por cento) da receita bruta anual da produção.

**Prazo e Regras Gerais para Aplicação dos Recursos**

* 1. As Empresas Petrolíferas devem aplicar os recursos na realização de despesas qualificadas como P,D&I até 30 de junho do ano seguinte ao Ano Calendário em que foi gerada a obrigação
  2. A aplicação dos recursos relativos à P,D&I deverá ser realizada no País e obedecerá às condições estabelecidas nos itens 2.13 a 2.15.
  3. Contratos de Concessão e Contratos de Partilha:

1. Pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos deverão ser destinados a projetos executados por Instituições credenciadas pela ANP para realização de atividades de P,D&I.
2. Pelo menos 10% (dez por cento) dos recursos devem ser destinados a projetos executados por empresas brasileiras fornecedoras de bens e serviços para realização de atividades de P,D&I, limitada a sua aplicação às empresas classificadas como de micro, pequeno e médio porte.
3. O restante dos recursos poderá ser aplicado na realização de atividades de P,D&I em instalações da própria Empresa Petrolífera ou de sua Afiliada, desde que localizada no Brasil, ou contratados junto a empresas brasileiras fornecedoras de bens e serviços, de qualquer porte, ou junto a instituições credenciadas.
   1. Os recursos originados do Contrato de Cessão Onerosa devem ser destinados integralmente a projetos ou programas executados por Instituições credenciadas pela ANP para realização de atividades de P,D&I.
   2. Até 20% dos recursos previstos nos itens 2.13(a) e 2.14, poderão ser aplicados diretamente em empresa de base tecnológica, incubada ou não, classificada como micro ou pequena empresa, no âmbito de projeto ou programa que, necessariamente, seja executado em parceria com Instituição credenciada e tenha como parte de seu escopo a fabricação piloto para a viabilização de protótipo ou cabeça de série e lote pioneiro.
   3. Para efeito de aplicação dos recursos em micro, pequena e media Empresas brasileiras, a classificação de porte terá por referência os critérios estabelecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES.
   4. Não poderá ser beneficiária dos recursos a que se referem os itens 2.13(b) e 2.15 a empresa que tenha como acionista uma ou mais pessoas jurídicas cuja receita bruta ultrapasse o teto do maior porte considerado para obtenção dos recursos, quando tais acionistas detenham, individual ou conjuntamente, participação superior a 30% do capital da empresa.

**Apuração e Atualização de Saldo de Recurso Não Aplicado**

* 1. A apuração dos recursos não aplicados será realizada segundo a modalidade do contrato gerador da obrigação, observando-se os procedimentos de fiscalização estabelecidos no Capítulo 7 deste Regulamento.
  2. Nos Contratos de Concessão e nos Contratos de Partilha de Produção, os recursos oriundos da Cláusula de P,D&I não desembolsados no prazo estabelecido, bem como os valores desembolsados porém não enquadrados pela ANP quando da fiscalização da aplicação dos recursos de que trata o Capítulo 7, constituirão o Saldo de Recursos Não Aplicados relacionado ao contrato gerador da obrigação.
  3. Nos Contratos de Partilha de Produção, especificamente, caso a Empresa Petrolífera não destine integralmente os recursos de que trata o item 2.9 até 30 de junho de determinado ano, o valor não desembolsado e/ou não enquadrado deverá sofrer um acréscimo de 20% (vinte por cento) da parcela e, igualmente, deverá compor o Saldo de Recursos Não Aplicados.
  4. O valor do Saldo de Recursos Não Aplicados será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada anualmente, calculada a partir do primeiro dia após a data limite em que as despesas deveriam ter sido efetuadas até a data limite do ano subsequente.
  5. O Saldo de Recursos Não Aplicados deverá ser investido em Instituições Credenciadas ou em empresas brasileiras fornecedoras de bens e serviços, classificadas como de micro, pequeno e médio porte, observadas as diretrizes estabelecidas pelo COMTEC.
  6. A comprovação da quitação do Saldo de Recursos Não Aplicados, apurado em período anterior, deverá ter precedência sobre a comprovação do cumprimento da obrigação de investimento que tenha sido gerada no período de referência.
  7. No Contrato de Cessão Onerosa o valor correspondente aos recursos não aplicados até 30 de junho do ano seguinte ao ano calendário em que foi gerada a obrigação de investir em P,D&I, deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional, via Guia de Recolhimento da União – GRU, acrescido de 30%, até 30 de julho do ano em referência.
  8. No caso de não cumprimento do disposto no item 2.24 em função do não enquadramento de despesas pela ANP, quando da fiscalização da aplicação dos recursos, a Cessionária deverá realizar o recolhimento dos recursos não aplicados ao Tesouro Nacional, acrescido de juros acumulados, calculados com base na taxa referencial do SELIC, considerando a data limite em que as despesas deveriam ter sido efetuadas até a data do efetivo recolhimento, conforme determinação da ANP.
  9. No caso de descumprimento do disposto nos itens 2.24 e 2.25, a ANP encaminhará à Procuradoria Federal Junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis comunicação formal relatando a inadimplência da Cessionária perante a União, para que possam ser tomadas as medidas cabíveis para a inscrição da mesma na Dívida Ativa da União.
  10. A aplicação do disposto nos itens 2.20 a 2.26 não exime a Empresa Petrolífera das penalidades cabíveis, que decorram de infrações ao Contrato e a este Regulamento apuradas quando da fiscalização da aplicação dos recursos de que trata o Capítulo 7 deste Regulamento.

**Compensação de Despesas com P,D&I**

* 1. É permitida a compensação de despesas realizadas com P,D&I, efetuadas pela Empresa Petrolífera em data anterior ao período de constituição da obrigação de P,D&I ou em valor superior ao valor da obrigação de P,D&I apurado em determinado período.
  2. As despesas com P,D&I realizadas antecipadamente ou realizadas a maior constituirão a parcela denominada Saldo Credor a Compensar e serão apuradas tendo como referência o mesmo período adotado para a apuração do cumprimento da obrigação de P,D&I, considerando-se a data limite de 30 de junho do ano seguinte ao ano calendário em que as despesas tenham sido realizadas e a correlação com as regras estabelecidas nos itens 2.11 a 2.17.
  3. O valor do Saldo Credor a Compensar será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada anualmente, calculada a partir da data limite em que ocorreu a apuração, conforme especificado no item 2.29, até a data limite do ano em que for realizada a compensação.
  4. O Saldo Credor a Compensar poderá ser utilizado, a critério da Empresa Petrolífera, em qualquer modalidade de contrato em que esta tenha participação, independentemente do contrato que lhe tiver dado origem, respeitados o limite e condições estabelecidos no item 2.32.
  5. O valor das despesas realizadas em P,D&I a ser compensado não poderá ser superior ao limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da obrigação de P,D&I da Empresa Petrolífera constituída em um dado período, para cada modalidade de contrato, observadas as regras estabelecidas nos itens 2.11 a 2.17, no que se refere aos valores mínimos obrigatórios que devem ser aplicados em Instituições credenciadas e em empresas fornecedoras de bens e serviços.

**Receita Financeira**

* 1. Independentemente da forma de contratação, os recursos repassados às Instituições credenciadas ou Empresas brasileiras fornecedoras de bens e serviços, para fins de execução de projeto ou programa, deverão ser mantidos em conta específica, sendo obrigatória a imediata aplicação financeira dos mesmos.
  2. A receita financeira auferida em decorrência do disposto no item 2.33 deverá ser aplicada exclusivamente na realização de despesas compatíveis com os objetivos do projeto ou programa, estando sujeita à fiscalização da ANP nos termos previstos neste Regulamento.
  3. Em caso de utilização da receita financeira em desacordo com o estabelecido no item 2.34 e demais disposições deste Regulamento, ou de devolução de recursos provenientes de receita financeira à empresa Petrolífera, o valor despendido ou devolvido será deduzido do valor total por ela desembolsado para efeito de cumprimento da obrigação de investimento em P&D, conforme critérios definidos pela ANP.

## ***CAPÍTULO 3 - DO COMITÊ TÉCNICO CIENTÍFICO – COMTEC***

* 1. O Comitê Técnico-Científico – COMTEC definirá diretrizes para aplicação de recursos em Instituições credenciadas e em empresas fornecedoras de bens e serviços a que se referem as regras previstas nos itens 2.13(a), 2.13(b) 2.14 (a), 2.15 e 2.22.
  2. As diretrizes do COMTEC deverão estar em consonância com o estabelecido neste Regulamento.
  3. A aprovação das despesas qualificadas como P,D&I nos projetos contratados segundo as diretrizes do COMTEC está condicionada ao processo de fiscalização da aplicação dos recursos em cumprimento à obrigação estabelecida pela Cláusula de P,D&I, nos termos previstos neste Regulamento.

## CAPÍTULO 4 - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

* 1. O projeto ou programa realizado com recursos da Cláusula de P,D&I deve ter como objeto uma ou mais atividades de P,D&I previstas neste Capítulo, observadas as condições específicas no que se refere à execução dessas atividades, individual ou conjuntamente, por empresa Petrolífera, empresa fornecedora de bens e serviços ou instituição credenciada.
  2. Para efeito de aplicação dos recursos em Instituição credenciada, são consideradas as seguintes atividades:

1. Execução de projeto ou programa de pesquisa básica, pesquisa aplicada e/ou desenvolvimento experimental.
2. Execução de projeto específico destinado à construção e instalação de protótipo e de unidade piloto.
3. Execução de programa específico de formação e qualificação de recursos humanos.
4. Execução de projeto ou programa nas áreas de Ciências Sociais, Humanas e da Vida.
5. Execução de projeto ou programa para estudo de bacias sedimentares de nova fronteira que envolva o levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos.
6. Execução de projeto específico de melhoria de infra-estrutura laboratorial.
7. Execução de projeto específico de contratação de pessoal administrativo e técnico-operacional para atuação em infraestrutura laboratorial implantada com recursos da Cláusula de P,D&I.
   1. Para efeito de aplicação dos recursos em Empresa brasileira, são consideradas as seguintes atividades:
8. Execução de projeto e/ou programa de pesquisa aplicada e/ou desenvolvimento experimental.
9. Execução de projeto específico destinado à construção e instalação de protótipo e de unidade piloto.
10. Execução de programas tecnológicos para desenvolvimento e capacitação técnica de fornecedores.
    1. Para efeito de aplicação dos recursos em Empresa Petrolífera ou afiliada, em instalações laboratoriais localizadas no Brasil, são consideradas as seguintes atividades:
11. Execução de projeto ou programa de pesquisa básica, pesquisa aplicada e/ou desenvolvimento experimental.
12. Execução de projeto específico de construção e instalação de protótipo e de unidade piloto.
    1. Poderá ser considerada para fins de aplicação de recursos, mediante proposição do COMTEC e aprovação da ANP, a execução de projeto ou programa estruturante, de Formação e Qualificação de Recursos Humanos ou de P,D&I, observando-se o que se segue:
13. O Plano de Trabalho do Projeto ou Programa deverá ser aprovado pela Diretoria Colegiada da ANP.
14. A ANP poderá realizar a gestão do Projeto ou Programa, devendo ser observadas as regras estabelecidas neste Regulamento e a legislação vigente, no que couber.
15. Considerando o previsto no item (b), o repasse de recursos pela Empresa Petrolífera resultará em quitação do montante investido da Obrigração.

**Programa de Formação e Qualificação de Recursos Humanos**

* 1. O Programa de Formação e Qualificação de Recursos Humanos deve ter por objetivo a formação ou a qualificação de técnicos, graduados, especialistas, mestres e doutores em temas ou áreas de interesse do setor, podendo abranger cursos na modalidade presencial ou semi-presencial.
  2. Na proposição do Programa a que se refere o item 4.6 devem ser observadas as condições para credenciamento das Instituições participantes estabelecidas no Regulamento Técnico ANP 07/2012, bem como as orientações constantes do ANEXO A deste Regulamento.
  3. Os trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos no âmbito do programa devem, necessariamente, ter vinculação a temas de interesse do setor.
  4. A seleção de alunos para os cursos oferecidos no âmbito do Programa de Formação e Qualificação de Recursos Humanos deve ser pública, sendo vedada a reserva de vagas para empregados das empresas Petrolíferas ou de empresas co-participantes, bem como o pagamento de bolsas, quando haja essa previsão, a alunos selecionados que integrem o quadro de empregados de tais empresas.

**Projeto ou Programa na área de Ciências Sociais, Humanas e da Vida**

* 1. O projeto ou programa relacionado às áreas das Ciências Sociais, Humanas e da Vida deve ter como objetivo a ampliação do conhecimento sobre o contexto social, econômico, cultural e ambiental no qual a indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis está inserida, podendo contemplar atividades de pesquisa e desenvolvimento dirigidas para aspectos regulatórios, econômicos, jurídicos, socioambientais, de segurança, saúde, de gestão do conhecimentoe para temas afeitos à ciência, tecnologia e inovação e outros correlatos, de interesse do setor.

**Projeto ou Programa para Estudo de Bacias Sedimentares de Nova Fronteira que envolva a Aquisição de Dados Geológicos, Geoquímicos e Geofísicos**

* 1. O projeto ou programa executado por Instituição credenciada que tenha por finalidade o estudo de bacias sedimentares de nova fronteira e cujo escopo envolva a aquisição de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos, deve observar as seguintes condições:
     1. A área de estudo não deve estar associada a compromissos de programa exploratório assumidos em contrato para exploração e produção de petróleo e gás natural;
     2. Os dados gerados no âmbito do projeto ou programa são classificados como Dados de Fomento, nos termos da Resolução ANP nº 11/2011.
  2. Caso a Instituição credenciada não detenha habilitação para a realização de atividade de aquisição de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos, ou capacidade tecnológica e operacional para tal fim, a aquisição de dados poderá ser realizada pela Empresa Petrolífera ou contratada por esta e/ou pela Instituição Credenciada junto a Empresa de Aquisição de Dados desde que previsto no Plano de Trabalho submetido à aprovação da ANP, podendo as despesas daí decorrentes serem deduzidas da parcela da obrigação de investimento de que tratam os itens 2.13(a), 2.14 ou 2.22.
  3. É de responsabilidade da Empresa Petrolífera contratante a entrega à ANP de todos os dados gerados, em conformidade com as regras estabelecidas na Resolução ANP nº 11/2011, independentemente do andamento do projeto no âmbito da instituição credenciada.

**Projeto Específico de Melhoria de Infra-estrutura Laboratorial**

* 1. O projeto específico de melhoria de infra-estrutura laboratorial deve ter como objetivo ampliar a capacitação técnica da Instituição Credenciada para a realização de atividades de P,D&I, podendo abranger a reforma de instalações físicas e a aquisição, montagem, instalação e recuperação de máquinas, equipamentos, instrumentos e outros dispositivos necessários ao funcionamento do laboratório.
  2. A melhoria de infra-estrutura laboratorial a que se refere o item 4.14 é permitida apenas em Instituições credenciadas públicas e privadas sem fins econômicos.
  3. O Plano de Trabalho de projeto que envolva a melhoria de infra-estrutura laboratorial a que se refere o item 4.14 deverá, necessariamente, apresentar a relação das linhas de pesquisa que serão viabilizadas e uma relação indicativa de projetos de P,D&I que serão executados uma vez concluído o projeto.
  4. Além do previsto no item 4.14 poderá ser admitida a implantação de infra-estrutura visando ao atendimento dos seguintes objetivos:
     1. Implantação de banco de amostras e testemunhos oriundos da perfuração de poços estratigráficos, exclusivamente em Instituição credenciada pública e desde que associada a projeto de P&D por esta executado, devendo ser observada, ainda, a regulamentação específica da ANP.
     2. Melhoria de instalações de Instituição de ensino que seja justificada no âmbito de programa específico de formação e qualificação de recursos humanos.
  5. A aplicação de recursos em projeto cujo escopo envolva a execução de obras civis para a construção de edificações novas ou acréscimo de área nas edificações existentes poderá ser admitida, de forma excepcional, desde que, comprovadamente, esteja associada à necessidade de criação de uma nova competência ou de expansão da capacidade instalada existente.
  6. A aplicação de recursos em projeto cujo escopo envolva a execução de obras civis de reforma ou construção deverá, necessariamente, ser precedida da elaboração de projeto executivo e de orçamento analítico.

**Projeto Específico de Contratação de Pessoal Administrativo e Técnico-Operacional**

* 1. O projeto específico de contratação de pessoal administrativo e técnico-operacional deve ter como objetivo viabilizar a operacionalização de infra-estrutura laboratorial implantada com recursos da Cláusula de P,D&I, podendo abranger um período de até 36 meses.
  2. O Plano de Trabalho de projeto específico de contratação de pessoal administrativo e técnico-operacional deverá especificar e justificar a necessidade de pessoal, estritamente relacionada à operacionalização da infra-estrutura laboratorial pelo período pretendido, bem como apresentar um plano para que sua auto-sustentação seja alcançada até a data de conclusão do projeto, na forma de contratação de pessoal permanente, devendo considerar para tanto, entre outras fontes de recursos, os benefícios econômicos gerados nas atividades de P,D&I voltadas para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis realizadas no âmbito da Instituição credenciada.
  3. A contratação a que se refere o item 4.20 não abrange o pessoal relacionado à execução de projetos ou programas de PD&I específicos.
  4. Além do previsto no item 4.20 poderá ser admitido, em condições e prazos a serem estabelecidos pela ANP, projeto específico de contratação de pessoal técnico e de apoio para atuar na manutenção e operação de instalações específicas, à exemplo das instalações de aquisição de dados, implantadas com recursos da Cláusula de P,D&I, que sejam localizadas fora da sede das Instituições Credenciadas responsáveis pela operação, manutenção e pela integridade física das referidas instalações.

**Programa Tecnológico para Desenvolvimento e Capacitação Técnica de Fornecedores**

* 1. O programa tecnológico para desenvolvimento e capacitação técnica de fornecedores deve ter como objetivo a viabilização de projeto de inovação tecnológica e de fabricação-piloto conforme definidos nos itens 1.14 e 1.18(h), aplicando-se, especificamente, às empresas industriais e de serviços classificadas como de micro, pequeno ou médio porte.
  2. O Plano de Trabalho do programa tecnológico para desenvolvimento e capacitação técnica de fornecedores submetido à aprovação da ANP deve ser acompanhado de Plano de Negócios abordando aspectos relativos às operações da empresa beneficiada e ao desenvolvimento do programa proposto, conforme orientações constantes do ANEXO B.
  3. A fabricação de lote pioneiro está condicionada à existência de contrato onde seja estabelecido o compromisso formal de uma ou mais empresas demandantes com a aquisição integral do que for produzido.

**Projeto ou Programa Cooperativo**

* 1. Será admitida a execução de projeto ou programa cooperativo, caracterizado pelo esforço conjunto e coordenado de Empresas Petrolíferas, instituições credenciadas e empresas brasileiras, com a integração ou não de outras fontes de financiamento, desde que respeitadas às regras estabelecidas para aplicação de recursos e despesas admitidas.
  2. O Plano de Trabalho de projeto ou programa cooperativo deverá ser apresentado na sua íntegra, incluindo o orçamento total necessário para sua execução, e deverá especificar os recursos referentes à Cláusula de P,D&I, segundo cada Empresa Petrolífera participante, e as atividades de P&D a serem executadas e respectivos custos, segundo cada uma das Instituições credenciadas e Empresas brasileiras co-executoras.
  3. O Plano de Trabalho de projeto ou programa cooperativo que conte com a participação de duas ou mais Empresas Petrolíferas deverá ser submetido para efeito de aprovação da ANP em proposta única, sendo que as despesas nele previstas deverão ser rateadas proporcionalmente ao aporte de recursos realizado pelas empresas co-participantes, sem prejuízo de a apresentação dos resultados e comprovação dos gastos ser efetuada separadamente, por cada empresa.

**Vedações**

* 1. Para fins de aplicação dos recursos da Cláusula de P,D&I é vedado:
     1. Contratar Empresas ou Instituições estrangeiras para a execução de atividades de PD&I;
     2. Subcontratar atividade de PD&I no âmbito de projeto ou programa contratado junto à Instituição credenciada ou Empresas fornecedora de bens e serviços.

## ***CAPÍTULO 5 - DA APROVAÇÃO PRELIMINARDE PROJETO E PROGRAMA***

* 1. O projeto ou programa a ser executado com recursos a que se referem os itens 2.13(a), 2.13(b), 2.14, 2.15 e 2.22 deverá ser aprovado pela ANP previamente à sua contratação, podendo estar associado à demanda induzida ou demanda espontânea.
  2. A demanda induzida será definida pelo COMTEC e pode envolver a realização de chamadas públicas, na forma de edital ou convite, dirigidas a Instituições credenciadas, Empresas brasileiras ou Empresas Petrolíferas, com o objetivo de selecionar projetos ou programas.
  3. Também será considerado como demanda induzida o projeto ou programa a que se refere o item 4.5.
  4. A demanda espontânea está relacionada à apresentação, por empresas Petrolíferas, de projeto ou programa, a ser executado por instituição credenciada ou empresa nacional, conforme diretrizes definidas pelo COMTEC.
  5. A ANP poderá definir calendário específico para recepção e análise de projetos e programas a que se refere o item 5.4.
  6. A aprovação de projetos pela ANP, a que se refere o item 5.1, será realizada com base na análise de mérito, do enquadramento nas diretrizes do COMTEC e neste Regulamento, e da adequação das informações apresentadas no Plano de Trabalho elaborado em conformidade com as especificações e orientações constantes dos ANEXOS A e B.
  7. O Plano de Trabalho de projeto ou programa deverá conter a estrutura de custos com a especificação dos mesmos correlacionados às atividades a serem realizadas, de forma desagregada, independentemente do instrumento jurídico utilizado para a contratação.

## ***CAPÍTULO 6 - DAS DESPESAS ADMITIDAS***

* 1. As despesas admitidas no âmbito de projeto ou programa são aquelas estritamente necessárias à realização das atividades de P,D&I, na forma especificada no Capítulo 4, e deverão observar o que se segue:
     1. Os itens de despesas deverão ser especificados e justificados quanto à sua necessidade, de forma que fique expressa a correlação existente entre estes e as atividades a serem realizadas no âmbito do projeto ou programa.
     2. Os itens de despesas, à exceção das despesas com remuneração de pessoal, devem ser apresentados com seus custos de aquisição finais, incluindo os impostos sobre eles incidentes.
     3. Os custos referentes aos itens de despesas com pessoal devem ser apresentados em duas parcelas distintas, com a especificação dos valores correspondentes à remuneração bruta definida no contrato de trabalho, ou instrumento equivalente, e aos encargos sociais incidentes sobre a remuneração, observando-se os limites e condições definidos no Anexo A deste Regulamento.
     4. Os custos referentes aos itens de despesas com pessoal se aplicam exclusivamente a pessoal residente no País.
     5. Os custos referentes aos itens de despesas devem observar o princípio da economicidade e serem balizados pelos preços de mercado praticados na região onde o projeto ou programa seja executado.
  2. A realização de despesas no exterior será admitida desde que se refiram a serviços especializados de caráter complementar que, comprovadamente, não possam ser contratados no País e desde que fique demonstrado que a realização destes seja imprescindível para que sejam alcançados os objetivos propostos no projeto ou programa.
  3. As despesas realizadas em projeto ou programa que tenha como escopo o desenvolvimento, melhoria ou modificação de software poderão ser admitidas, desde que o resultado obtido represente um progresso científico ou tecnológico relacionado à área ou atividade, no âmbito do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, na qual este terá aplicação.
  4. As despesas com serviços tecnológicos, conforme definido no item 1.19(a), serão admitidas somente quando inseridas no âmbito de um projeto ou programa de P,D&I.

**Despesas Admitidas em Empresa Petrolífera ou em sua Afiliada**

* 1. Poderão ser admitidas como despesas qualificadas como P,D&I realizadas em instalações laboratoriais da Empresa Petrolífera ou de sua afiliada localizada no Brasil, no âmbito das atividades previstas no item 4.4, aquelas correspondentes a:
     1. Aquisição de material de consumo, nacional e importado, diretamente relacionado aos experimentos realizados;
     2. Aquisição de equipamentos, instrumentos, peças, componentes e demais materiais utilizados na construção de protótipo ou unidade-piloto;
     3. Salário bruto, acrescido dos encargos legais, do pessoal que atue em regime de dedicação exclusiva diretamente nas atividades de P,D&I;
     4. Serviços tecnológicos, conforme definição do item 1.19(a).
  2. Poderão ser admitidas, segundo condições e limites estabelecidos pela ANP, como despesas qualificadas como P,D&I realizadas em Empresa Petrolífera ou em sua afiliada localizada no Brasil, as seguintes despesas:
     1. Despesas com a construção de protótipo que seja incorporado como componente de uma unidade operacional da empresa Petrolífera;
     2. Despesas com realização de testes e experimentos de campo, em unidades operacionais da empresa Petrolífera, das tecnologias desenvolvidas no âmbito de projeto de P,D&I.

**Despesas Admitidas em Empresa Brasileira Fornecedora de Bens e Serviços**

* 1. Poderão ser admitidas como despesas qualificadas como P,D&I aquelas realizadas em empresas brasileiras fornecedoras de bens e serviços, no âmbito das atividades previstas no item 4.3, correspondentes a:
     1. Aquisição de material de consumo, nacional e importado, diretamente relacionado aos experimentos realizados;
     2. Aquisição de equipamentos, instrumentos, peças, componentes e demais materiais utilizados na construção de protótipo ou unidade-piloto;
     3. Salário bruto, acrescido dos encargos legais, do pessoal que atue em regime de dedicação exclusiva diretamente nas atividades de P,D&I;
     4. Serviços tecnológicos, conforme definição do item 1.19(a).
  2. Além das despesas previstas no item 6.7, poderão ser admitidas em empresas brasileiras fornecedoras de bens e serviços, classificadas como de micro, pequeno ou médio porte, aquelas correspondentes a:
     1. Concessão de diária ou ajuda de custo, no país e no exterior, para integrantes da equipe executora do projeto ou programa e colaboradores eventuais;
     2. Aquisição de passagem e realização de despesas com locomoção;
     3. Despesas acessórias de importação, abrangendo fretes, seguros, armazenagens, impostos e taxas, limitadas a 20% sobre o valor de aquisição dos equipamentos e materiais de consumo importados;
     4. Serviços de registro de licenças e patentes.
  3. No caso de programa tecnológico de capacitação de fornecedores desenvolvido em micro, pequena e média empresa, além do previsto nos itens 6.7 e 6.8, poderão ser admitidas as despesas correspondentes a:
     1. Aquisição de equipamentos e instrumentos, estritamente relacionado às atividades de P,D&I a serem realizadas no âmbito do programa;
     2. Realização de serviços técnicos de apoio, tais como instalação, montagem, calibração e outros necessários à operacionalização de equipamentos e instrumentos que integrem infraestrutura laboratorial;
     3. Aquisição de bens, materiais e serviços relacionados à obtenção de Cabeça de Série e de Lote Pioneiro, incluindo a aquisição de matéria prima para fabricação de Lote Pioneiro;
     4. Aquisição de máquinas e equipamentos necessários à implantação de novo processo produtivo, resultante de modificações tecnológicas introduzidas;
     5. Realização de estudos de prospecção tecnológica e de viabilidade técnica e econômica com vistas à implantação de novas tecnologias resultantes de programas de capacitação técnica de fornecedores.

**Despesas Admitidas em Instituição Credenciada**

* 1. Poderão ser admitidas como despesas qualificadas como P,D&I aquelas realizadas em Instituições credenciadas, no âmbito das atividades previstas no item 4.2, correspondentes a:
     1. Remuneração da equipe executora do projeto ou programa, acrescida dos encargos legais;
     2. Concessão de diária ou ajuda de custo;
     3. Aquisição de passagem e realização de despesas com locomoção;
     4. Aquisição de material de consumo;
     5. Aquisição de equipamentos, instrumentos, peças, componentes e demais materiais utilizados na construção de protótipo ou unidade-piloto;
     6. Serviços técnicos de apoio, tais como instalação, montagem, calibração e outros necessários à operacionalização de equipamentos e instrumentos que integrem infraestrutura laboratorial;
     7. Realização de estudos técnicos e elaboração de projeto executivo necessários à implantação de infraestrutura laboratorial;
     8. Serviços de aquisição de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos;
     9. Serviços de manutenção de equipamentos e instrumentos;
     10. Serviços tecnológicos, conforme definição do item 1.19(a);
     11. Serviços de registro de licenças e patentes;
     12. Concessão de bolsas a alunos de cursos que integrem Programa de Formação de Recursos Humanos;
     13. Taxa de inscrição em congressos e outros eventos de caráter científico;
     14. Serviços de editoração e de impressão gráfica;
     15. Aquisição de equipamentos, instrumentos e material permanente que integrem infraestrutura laboratorial;
     16. Execução de obras civis relacionadas à implantação de infraestrutura laboratorial;
     17. Aquisição de licença de software;
     18. Aquisição de material bibliográfico.
  2. Além das despesas elencadas no item 6.10, poderão ser admitidas:
     1. Despesas operacionais e administrativas relativas à gestão administrativa e financeira das obrigações previstas nos acordos, convênios e contratos firmados entre a Empresa Petrolífera e a Instituição credenciada, limitadas a 5% sobre as despesas correntes, que são aquelas especificadas nas alíneas (a) a (n) do item 6.10, e a 3% sobre as despesas de capital, que são aquelas especificadas nas alíneas de (o) a (r) do mesmo item.
     2. Despesas acessórias de importação, abrangendo fretes, seguros, armazenagens, impostos e taxas, limitadas a 20% sobre o valor de aquisição dos equipamentos e materiais de consumo importados.
     3. Ressarcimento de custos indiretos referentes à utilização das instalações e serviços, limitado a 5% sobre o valor total do projeto ou programa.
        1. O ressarcimento de despesas com custos indiretos está condicionado à comprovação da existência de normas internas para aplicação dos recursos, devidamente aprovadas pela administração superior da Instituição credenciada.
        2. Tais despesas não são admitidas em projeto de infraestrutura laboratorial, em projeto de contratação de pessoal administrativo e técnico-operacional e em programa de formação e qualificação de recursos humanos;
        3. As despesas com custos indiretos não podem ser rateadas, a qualquer título, em outros itens de despesa do projeto ou programa;
  3. Os percentuais estabelecidos no item 6.11 poderão ser alterados por decisão da ANP com base no acompanhamento da evolução dos recursos destinados a P,D&I e da estrutura de custos dos projetos ou programas de P,D&I, realizado no âmbito do processo de fiscalização do cumprimento das Cláusulas de P,D&I.
  4. O programa de formação de recursos humanos executado por instituição de ensino credenciada poderá prever recursos destinados à Taxa de Bancada, na forma de um percentual do valor total destinado ao pagamento de bolsas para os alunos, conforme definição da ANP, a serem utilizados na realização de despesas relacionadas às seguintes atividades:
     1. Pesquisa de campo e coleta de dados;
     2. Análises e experimentos de laboratórios;
     3. Participação de coordenador, bolsista ou pesquisador visitante em congressos científicos e outros eventos correlatos, relacionados ao programa e suas especializações;
     4. Publicações relacionadas com os trabalhos de curso realizados no âmbito do programa.

**Vedações**

* 1. As despesas correspondentes a custos administrativos; análises, ensaios e outras atividades caracterizadas como serviços técnicos de rotina; serviços de assistência técnica; serviços destinados à solução de problemas operacionais; engenharia básica rotineira; não serão admitidas no âmbito de projeto ou programa de P,D&I, ou sob qualquer forma de rateio, quando realizadas por empresa Petrolífera ou afiliada ou por empresa fornecedora de bens e serviços de qualquer porte.
  2. As despesas correspondentes a infraestrutura, serviços e taxas de licenças e patentes não serão admitidas no âmbito de projeto ou programa de P,D&I, ou sob qualquer forma de rateio, quando realizadas por empresa Petrolífera ou afiliada ou por empresa fornecedora de bens e serviços de grande porte.

**Orientações Específicas**

* 1. As despesas admitidas no âmbito de projeto ou programa realizado com recursos da Cláusula de P,D&I estão sujeitas às orientações específicas contidas no ANEXO A deste Regulamento.

## ***CAPÍTULO 7 –DA FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS***

* 1. Para fins do processo de fiscalização, a Empresa Petrolífera é responsável pelo acompanhamento e controle das atividades, dos prazos, dos resultados obtidos e das despesas realizadas nos projetos e programas, sejam estes por ela executados diretamente ou contratados junto a empresas fornecedoras de bens e serviços e/ou instituições credenciadas.
  2. Na fiscalização do cumprimento da obrigação de P,D&I serão consideradas as informações fornecidas pela Empresa Petrolífera para comprovação das despesas realizadas e dos resultados obtidos nos projetos e programas executados com recursos da Cláusula de P,D&I, bem como, à critério da ANP, de informações adicionais solicitadas e outras obtidas durante visitas técnicas de fiscalização, ou daquelas apresentadas em Relatório de Auditoria Contábil e Financeira, na forma estabelecida neste Capítulo.
  3. As informações sobre os projetos e programas deverão ser apresentadas na forma dos seguintes documentos:

1. Relatório Demonstrativo Anual das Despesas Realizadas com P,D&I;
2. Instrumento contratual e aditivos correspondentes, Plano de Trabalho do projeto ou programa contratado junto a empresa fornecedora de bens e serviços ou instituição credenciada;
3. Plano de Trabalho do projeto ou programa executado nas instalações laboratoriais da empresa Petrolífera ou de sua afiliada;
4. Relatório Técnico Final e Relatório de Execução Financeira do projeto ou programa concluído;
5. Relatório Técnico e Relatório de Execução Financeira consolidados relativo ao período de 3 (três) anos, no caso do projeto ou programa cujo prazo total de execução seja superior a este.
   1. O Relatório Técnico Final e o Relatório de Execução Financeira a que se refere o item 7.2(d), deverão ser apresentados pela Empresa Petrolífera no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, à contar da data de conclusão do projeto ou programa.
   2. O Relatório Demonstrativo Anual das Despesas Realizadas com P,D&I e demais documentos a que se referem os itens 7.3(b), 7.3(c) e 7.3(e) deverão ser fornecidos até 30 de setembro do ano subseqüente àquele em que a obrigação foi gerada e/ou quando houver saldo a ser investido.
   3. O prazo estipulado no item 7.5 deve ser observado para o caso de compensação de despesas realizadas com P,D&I, efetuadas pela Empresa Petrolífera em data anterior ao período de constituição da obrigação de P,D&I.
   4. Os documentos relacionados no item 7.3 deverão ser gerados e/ou encaminhados por meio de sistema específico, disponibilizado no sítio da ANP, devendo ser observado o estabelecido no ANEXO B.
   5. Na hipótese de cancelamento de projeto ou programa em execução, a Empresa Petrolífera deverá apresentar os respectivos Relatório de Execução Financeira e Relatório Técnico Final no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, à contar da data de seu encerramento, fazendo constar neste último as justificativas para a interrupção do projeto ou programa, além dos eventuais resultados alcançados até o seu encerramento.
   6. A ANP poderá solicitar informações adicionais referentes aos projetos e programas incluídos no Relatório Demonstrativo Anual, com o objetivo de subsidiar o processo de análise técnica.
   7. O prazo de entrega das informações adicionais de que trata o item 7.9 será de 30 (trinta) dias corridos contados da data da solicitação.
   8. O não envio das informações e/ou documentos na forma e prazos previstos neste Regulamento, bem como a ausência, insuficiência ou incoerência de informações, poderá implicar no não reconhecimento das despesas realizadas, para efeito de cumprimento da obrigação de P,D&I do período de referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**Relatório Demonstrativo Anual das Despesas Realizadas com P,D&I**

* 1. O Relatório Demonstrativo deverá ser elaborado segundo cada modalidade de contrato que tenha gerado a obrigação de investimento e/ou em que se verifique a obrigação de investir relacionada ao Saldo dos Recursos Não Aplicados, observadas as condições especificadas a seguir:

1. Na modalidade de cessão onerosa, deverá haver um Relatório Demonstrativo específico;
2. Na modalidade de contrato de concessão e na modalidade de partilha, o Relatório Demonstrativo poderá abranger mais de um contrato;
3. Na hipótese de o Relatório Demonstrativo abranger mais de um contrato a ANP procederá ao rateio dos valores das despesas proporcionalmente ao valor da obrigação e/ou do saldo associados a cada um dos campos e contratos abrangidos pelo Relatório em questão, observando-se o disposto no item 2.23;
4. Uma vez estabelecido a vinculação do projeto ou programa a um ou mais contratos no âmbito dos Relatórios previstos em ‘a’ e ‘b’, fica vedado o seu remanejamento.
   1. O Relatório Demonstrativo deverá consolidar todas as informações referentes aos projetos e programas em execução ou concluídos no período de referência, observando as seguintes condições no que se refere às despesas realizadas:
5. As despesas realizadas devem ser detalhadas segundo sejam estas realizadas nas instalações da empresa Petrolífera ou sua afiliada, em empresas fornecedoras de bens e serviços e em instituições credenciadas, de forma a demonstrar o atendimento ao estabelecido nos itens 2.11 a 2.17; e
6. As despesas realizadas devem ser discriminadas para fins de cumprimento da obrigação de investimento de P,D&I gerada no ano e para fins de quitação do saldo de recursos não aplicados, de forma a demonstrar o atendimento ao estabelecido no item 2.23.
   1. No caso em que fique demonstrada a impossibilidade de discriminação das despesas por projeto ou programa, nas atividades de P,D&I executadas nas instalações laboratoriais da empresa Petrolífera, será admitido que as informações referentes às despesas com pessoal e com aquisição de materiais, previstas nos itens 6.5(a) e 6.5(c), possam ser demonstradas sob o critério de rateio, mediante a aplicação de metodologia sujeita à aprovação pela ANP.
   2. O critério de rateio a que se refere o item 7.14 não é admitido no caso das despesas com equipamentos e instrumentos utilizados nos projetos relacionados à construção e instalação de protótipo e unidade-piloto, bem como das despesas com serviços tecnológicos, previstas nos itens 6.6(b) e 6.6(d), que deverão ser discriminadas, necessariamente, por projeto ou programa.
   3. As informações referentes ao projeto ou programa incluído em um Relatório Demonstrativo devem, obrigatoriamente, ser atualizadas nos relatórios subsequentes, até que o mesmo seja concluído, sendo que a eventual omissão quanto ao disposto neste Capítulo implicará no não enquadramento do projeto ou programa e consequente não aprovação das despesas a ele associadas, bem como na revisão do valor das despesas aprovadas em Relatórios Demonstrativos de períodos anteriores nos quais este figure.

**Arquivo de Informações e Guarda de Documentos**

* 1. A empresa Petrolífera deverá adotar procedimentos de registro, de arquivamento e guarda de todas as informações e documentos gerados por força do cumprimento da Cláusula de P,D&I, incluindo, entre outros, contratos, recibos e documentos fiscais referentes aos repasses de recursos, aos pagamentos e às despesas realizadas no âmbito dos projetos ou programas, sejam estes por ela executados diretamente ou contratados junto a empresas fornecedoras de bens e serviços e/ou instituições credenciadas.
  2. As informações e documentos a que se referem o item 7.17 devem ser mantidas sob a guarda da empresa Petrolífera e, quando for o caso, sob a guarda também da empresa fornecedora de bens e serviços e/ou instituição credenciada, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da data de término do projeto ou programa, e devem permanecer à disposição da fiscalização da ANP.
  3. Os procedimentos a que se referem o item 7.17 devem permitir o imediato e fácil acesso às informações e documentos sobre as atividades e despesas realizadas nos projetos e programas executados com recursos da Cláusula de P,D&I.
  4. As Instituições credenciadas e as empresas fornecedoras de bens e serviços deverão enviar às Empresas Petrolíferas contratantes as informações e documentos referentes aos projetos e programas por elas executados, sem prejuízo da obrigação de manterem sob a sua guarda cópia da referida documentação para fins de fiscalização pela ANP.

**Análise Técnica e Aprovação das Despesas Realizadas**

* 1. A verificação do cumprimento da obrigação de investimento em P,D&I em um dado período de referência será realizada com base na análise técnica das informações contidas nos documentos especificados no item 7.3 e, caso necessário, de informações adicionais solicitadas e outras obtidas durante visitas técnicas de fiscalização, bem como, daquelas apresentadas em Relatório de Auditoria Contábil e Financeira.
  2. A análise técnica abrangerá os projetos e programas concluídos e em execução e utilizará como parâmetros o disposto nos Capítulos 4 e 6, no que se refere às atividades e despesas admitidas, bem como outras disposições estabelecidas neste Regulamento, no que couber.
  3. As despesas realizadas serão consideradas como aprovadas em caráter definitivo somente mediante a realização da análise técnica conclusiva, aplicável aos seguintes casos:
     1. Projetos ou programas concluídos ou encerrados, abrangendo as despesas realizadas em todo o período de execução dos mesmos;
     2. Projetos ou programas cujo prazo de execução seja superior a 3 (três) anos, abrangendo as despesas realizadas no período a que se referirem os respectivos relatórios.
  4. Na análise técnica dos projetos ou programas especificados no item 7.23 serão considerados os seguintes aspectos:
     1. O atendimento às diretrizes estabelecidas pelo COMTEC, no que couber;
     2. O enquadramento das atividades executadas como pesquisa, desenvolvimento e inovação;
     3. O enquadramento das despesas incorridas e sua compatibilidade com as atividades realizadas;
     4. Os resultados alcançados e possíveis desdobramentos;
     5. A relevância do projeto ou programa e sua contribuição para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis.
  5. A eventual glosa de despesas que resulte da análise técnica conclusiva do projeto ou programa, conforme previsto no item 7.23, poderá implicar a revisão no valor das despesas aprovadas e/ou do Saldo de Recursos não Aplicados, apurado em Relatório Demonstrativo anterior em que este figure.
  6. O projeto ou programa executado com recursos a que se refere o item 2.13(c), não sujeito à aprovação preliminar da ANP, será objeto de análise técnica no âmbito do processo de fiscalização, para efeito de verificação de seu enquadramento ao disposto neste Regulamento.
  7. A ANP poderá solicitar, a seu critério, a qualquer tempo, apresentação de Relatório Técnico e Relatório de Execução Financeira consolidados, referentes a projeto ou programa em execução.
  8. A verificação do cumprimento da obrigação de investimento em P,D&I, em um dado período de referência, será realizada com base no valor das despesas aprovadas, conforme apurado no processo de análise técnica, e deverá considerar a precedência da quitação do Saldo de Recursos não Aplicados e a possibilidade de utilização do Saldo Credor a Compensar, nos termos especificados neste Regulamento.

**Parecer Técnico de Fiscalização**

* 1. Após análise técnica, será emitido o Parecer Técnico de Fiscalização, com manifestação sobre a aprovação ou não das despesas realizadas com pesquisa, desenvolvimento e inovação.
  2. O Parecer Técnico de Fiscalização será elaborado no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento do Relatório Demonstrativo Anual das Despesas Realizadas, não sendo computado nesse prazo o período referente ao atendimento, por parte da Empresa Petrolífera, de eventuais exigências formuladas pela ANP durante o processo de avaliação técnica, ou de eventual realização de visita técnica de fiscalização.
  3. O prazo estabelecido no item 7.30 poderá ser prorrogado mediante a apresentação de justificativa e a fixação de novo prazo pela ANP.
  4. O Parecer Técnico de Fiscalização, uma vez concluído, poderá resultar em instauração de processo de aplicação de penalidades em conformidade com os termos estabelecidos pela Lei nº 9.847 de 26 de outubro de 1999 e no Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999, ou legislação que os venha substituir.

**Auditoria Contábil e Financeira**

* 1. A ANP poderá determinar a realização de Auditoria Contábil e Financeira em projetos e programas por ela selecionados com o fim de subsidiar a análise técnica quanto à conformidade econômico-financeira dos mesmos.
  2. A Auditoria Contábil e Financeira deverá ser realizada por empresa de auditoria independente, inscrita na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a ser contratada pela Empresa Petrolífera.
  3. As despesas referentes à contratação da Auditoria Contábil e Financeira poderão ser incluídas no custo final do projeto ou programa objeto da auditoria para fins de abatimento da obrigação de P,D&I.
  4. A não realização de Auditoria Contábil e Financeira nos projetos selecionados implicará na não aceitação das despesas realizadas para efeito do cumprimento da obrigação de P,D&I, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**Visitas Técnicas de Fiscalização**

* 1. A ANP poderá realizar, a seu critério, a qualquer tempo, visita técnica às instalações da empresa Petrolífera, da empresa fornecedora de bens e serviços e da instituição credenciada, com o objetivo de acompanhar a execução das atividades de P,D&I e confirmar ou obter informações adicionais sobre os dados constantes no Relatório Demonstrativo e nos demais documentos fornecidos no âmbito do processo de fiscalização.
  2. A visita técnica poderá ocorrer durante a fase de execução ou após a conclusão do projeto ou programa.
  3. A visita técnica realizada na instalação da empresa fornecedora de bens e serviços ou em instituição credenciada deverá ser acompanhada por representante da Empresa Petrolífera contratante do projeto ou programa sob fiscalização.
  4. A unidade organizacional da ANP notificará a Empresa Petrolífera, a empresa fornecedora de bens e serviços e a instituição credenciada, conforme o caso, sobre a realização da visita técnica.
  5. A notificação deverá ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data prevista para a realização da visita técnica.
  6. Na notificação da visita técnica devem ser especificadas a data, os nomes dos participantes, os objetivos da visita e a agenda de trabalho proposta, bem como os documentos que deverão ser colocados à disposição da fiscalização pela Empresa Petrolífera, empresa fornecedora de bens e serviços e instituição credenciada, conforme o caso.
  7. O impedimento de livre acesso às instalações onde são realizadas as atividades de P,D&I aos agentes de fiscalização da ANP implicará no não reconhecimento das despesas realizadas nos projetos sob fiscalização, sujeitando os infratores à imposição de penalidades previstas neste Regulamento, no Regulamento Técnico ANP 07/2012, e demais legislação aplicável.

**Liquidação da Obrigação de P,D&I**

* 1. A obrigação de investimento em P,D&I, apurada em determinado período, nos termos dos itens 2.8 a 2.10, será considerada liquidada somente quando for verificado o atendimento simultâneo das seguintes condições:

a) Todos os projetos e programas a ela vinculados sejam concluídos e o pronunciamento quanto às despesas aprovadas nestes projetos e programas tenha caráter definitivo; e

b) O valor final apurado das despesas aprovadas seja equivalente ao valor integral da referida obrigação, observadas as regras estabelecidas nos itens 2.11 a 2.15.

## **CAPÍTULO 8 – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS**

8.1. Na verificação do cumprimento da obrigação de investimento em P,D&I referente ao Ano Calendário de 2014 serão considerados os critérios de aplicação de recursos estabelecidos no item 7 do Regulamento ANP nº 05/2005.

8.2. O disposto no Capítulo 5 não se aplica aos projetos ou programas contratados até 31 de dezembro de 2014 para fins do cumprimento da obrigação de investimento em P,D&I referente ao Ano Calendário de 2014.

8.3. As regras para aplicação ou compensação dos recursos de que tratam os itens 2.18 a 2.27 e os itens 2.28 a 2.32, respectivamente, aplicam-se aos valores que sejam apurados na fiscalização do cumprimento da obrigação de P,D&I a partir do Ano Calendário de 2013.

8.4. Na fiscalização dos projetos ou programas iniciados em data anterior à publicação deste Regulamento será observado, no que couber, o estabelecido no Capítulo 7.

8.5. As empresas petrolíferas com obrigação de investir em P,D&I deverão fornecer uma lista dos programas ou projetos em execução por elas considerados para efeito de cumprimento da referida obrigação cuja data de término seja posterior a 31 de dezembro de 2014, contendo informações sobre título, valor total, valores contratados junto a Instituições Credenciadas e empresas nacionais, se houver, e cronograma de desembolso dos valores pendentes.

8.6. A lista dos programas ou projetos a que se refere o item 8.5 deverá ser elaborada em planilha eletrônica e encaminhada à ANP no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Regulamento.

8.7. Até que seja implantado o sistema específico de que trata o item 7.7, a ANP disponibilizará formulários padrão, no que couber, para fornecimento dos documentos listados no item 7.3, sendo que tais documentos deverão ser protocolados no escritório Central da ANP, localizado na cidade do Rio de Janeiro, em mídia digital, observando-se os prazos estabelecidos e o disposto no Anexo B.

##### **ANEXO A**

**CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS ACERCA DAS DESPESAS ADMITIDAS**

**A.1.** Este Anexo apresenta critérios e orientações específicas acerca das despesas admitidas em projeto ou programa executado com recursos da Cláusula de P,D&I, em complemento ao estabelecido no Capítulo 6 do presente Regulamento.

**A.2.** Na elaboração deste Anexo foram utilizadas como referência a Lei Nº 10.973, de 2/12/2004; o Decreto Nº 7.423, de 31/12/2010; a Lei N° 12.771, de 28/12/2012; a RN-015/2010 do CNPq; a RN-024/2013 do CNPq; manuais da Finep, entre outros, de forma a compor os critérios aqui estabelecidos, obrigatórios para aplicação no âmbito dos projetos e programas executados com recursos da Cláusula de P,D&I.

**A.3.** Sempre que necessário, a ANP poderá rever as orientações constantes deste ANEXO mediante aprovação de sua Diretoria Colegiada.

**A.4. Orientações específicas acerca das despesas admitidas e conforme previsão estabelecida no Capítulo 6 deste Regulamento.**

A.4.1. Passagens, Diárias e Ajuda de Custo em projetos ou programas executados por Instituição credenciada ou empresa brasileira fornecedora de bens e serviços, classificada como de micro, pequeno ou médio porte:

1. São admitidas despesas com passagens, diárias e ajuda de custo para integrantes da equipe executora do projeto, desde que vinculados ou contratados pela Instituição credenciada ou empresa executora ou coexecutora, para realização de trabalhos de campo, intercâmbio técnico científico e treinamento específico.
2. Os dados referentes a cada viagem devem ser informados sendo especificados o destino, o evento, ospossíveis integrantes da equipe técnica envolvidos, o valor unitário, a quantidade de diárias e passagens requeridas e as prováveis datas de deslocamento. A importância da viagem para a execução do projeto deverá ser necessariamente justificada.
3. É admitida a concessão de diárias para período inferior a 16 dias de acordo com os seguintes valores máximos de referências:
4. Pesquisador Brasileiro no Brasil:R$ 320,00 (trezentos e vinte reais).
5. Pesquisador Brasileiro no Exterior: variável em função do País de destino, podendo variar de U$ 180,00 (cento e oitenta dólares) a U$370,00 (trezentos e setenta dólares), conforme Tabela A1.
6. Pesquisador Estrangeiro no Brasil: U$ 260,00 (duzentos e sessenta dólares).
7. É admitida a concessão de ajuda de custo para período superior a 15 dias e inferior a 1 ano de acordo com os seguintes valores de referência:
8. Pesquisador Brasileiro no Brasil: R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) por mês acrescidos de uma ajuda de custo adicional, de igual valor, no primeiro mês. No último mês de afastamento, caso o período seja inferior a 16 dias, será percebida meia ajuda de custo no valor de R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais.
9. Pesquisador Brasileiro no Exterior: valor em função do País de destino, podendo variar de U$ 1.500,00 (mil e quinhentos dólares) a U$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos dólares), conforme referência diária apresentada na Tabela B1, por mês acrescidos de uma ajuda de custo adicional, de igual valor, no primeiro mês. No último mês de afastamento, caso o período seja inferior a 16 dias, será percebida meia ajuda de custo em valores que podem variar de U$ 750,00 (setecentos e cinquenta dólares) a U$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta dólares).
10. Pesquisador Estrangeiro no Brasil: U$ 2.000,00 (dois mil dólares) por mês acrescidos de uma ajuda de custo adicional no primeiro mês de igual valor. No último mês de afastamento, caso o período seja inferior a 16 dias, será percebida meia ajuda de custo no valor de U$ 1.000,00 (mil dólares).
11. O valor de referência a ser usado para passagens aéreas deve ser o valor médio praticado pelas companhias aéreas para os destinos indicados, nas datas previstas, em classe econômica ou similar.

A.4.2. Material de Consumo em projetos ou programas executados por Instituição credenciada ou empresa brasileira fornecedora de bens e serviços:

1. São admitidas despesas com material consumível, nacional ou importado, a ser utilizado na execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento, tais como vidrarias, reagentes, materiais de consumo de uso laboratorial, combustíveis, materiais elétricos, eletrônicos, de expediente, ferramentas, sobressalentes, outros materiais de manutenção, etc.
2. Os itens de despesas de material de consumo com valores superiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais) devem ser desagregados em subitens, devendo ser justificados individualmente.
3. Nos casos em que o valor total do conjunto de consumíveis de escritório ou de informática for superior a R$ 3.000,00 por ano de execução do projeto os mesmos devem ser desagregados em subitens e justificados individualmente.
4. Para os consumíveis importados devem ser explicitadas as taxas de câmbio utilizadas na conversão, além de haver justificativa para a não aquisição de similar nacional.

A.4.3. Remuneração de Equipe Executora:

1. Para efeito de admissibilidade de recursos no âmbito da obrigação de investimento em P,D&I, a remuneração de pessoal envolvido no projeto ou programa deverá obedecer aos seguintes critérios, sem prejuízo da observância da legislação vigente aplicável:
2. O custo unitário máximo (Hh) admitido para cada membro da equipe será de R$ 167,40 (cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos), devendo ser observado a compatibilidade com a formação do beneficiário e a natureza da atividade executada no projeto.
3. As horas alocadas de cada membro da equipe estão limitadas ao tempo comprovadamente dedicado ao projeto não podendo exceder a jornada mensal de 176 horas.
4. Os custos referentes aos encargos e benefícios devidos estão limitados a 60% do valor da remuneração.

A.4.4. Serviços de Terceiros:

1. São considerados os serviços complementares realizados por pessoas jurídicas distintas da instituição/empresa executora ou coexecutora do projeto ou programa, ou pessoas físicas não vinculadas às mesmas. A listagem de serviços abaixo é orientativa não possuindo caráter exaustivo:
2. Serviços técnicos especializados, tais como análises, confecção de aparato específico indispensável para execução do projeto, serviço de teste/certificação, entre outros do gênero.
3. Consultorias – contratação de consultoria especializada que tenha por objetivo fornecer subsídios técnicos necessários à execução do projeto. O escopo das consultorias deve ser estritamente complementar, não se confundindo com o objetivo principal do projeto. O nome e o CNPJ da pessoa jurídica prestadora do serviço de consultoria a ser contratado devem estar definidos no Plano de Trabalho, sendo vedada a participação de membros das instituições/empresas executoras e coexecutoras na consultoria.
4. Serviços técnicos específicos relacionados à elaboração de projeto básico, projeto executivo e demais estudos técnicos relacionados a projetos de implantação de infraestrutura laboratorial.
5. Inscrições em treinamentos específicos ou eventos técnico-científicos para membros da equipe executora, devendo ser observada a pertinência dos temas dos eventos com as atividades desenvolvidas nos projetos.

A.4.5. Obras e Instalações

1. Construção, ampliação, adequação ou reforma de infraestrutura física, instalações e edificações de pesquisa em Instituições Credenciadas.
2. Os projetos cujo escopo envolva a execução de obras civis para construção de edificações novas ou acréscimo de área nas edificações existentes deverão, necessariamente, ser acompanhados de projeto executivo e orçamento analítico.
3. As obras civis para construção de edificações novas ou acréscimo de área nas edificações existentes deverão observar o custo/m2 compatível com os sistemas de referência praticados.
4. Das despesas com a elaboração de Projeto Executivo:
5. Os serviços técnicos a serem contratados deverão atender à legislação pertinente, bem como às normas técnicas aplicáveis e abranger a obtenção das licenças exigidas para a execução das obras.
6. Os serviços técnicos a serem contratados deverão apresentar custos coerentes com aqueles usualmente praticados em serviços de mesma natureza.

A.4.6. Equipamentos e Material Permanente (nacional e importado):

1. Aquisição de máquinas, equipamentos, instrumentos e material permanente necessários à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento.
2. Deverá ser apresentada a “pro forma” ou o orçamento obtido junto ao fabricante para todos os equipamentos importados e para os equipamentos nacionais de valor unitário igual ou superior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
3. A aquisição de Material Bibliográfico bem como de Licença de Software enquadram-se como Material Permanente.
4. As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos valores de equipamentos e materiais importados devem ser explicitadas.

A.4.7. Outras Despesas:

1. Despesas operacionais e administrativas – relativa à gestão administrativa e financeirado projeto ou programa em Instituição credenciada, conforme previsto no item 6.11(a).
2. Despesas acessórias de importação – limitadas a 20% do valor de aquisição dos equipamentos e materiais de consumo importados, abrangendo fretes, seguros, armazenagens, impostos e taxas, conforme previsto nos itens 6.8(c) e 6.11(b).
3. Custos Indiretos: relativa ao custeio da utilização das instalações e serviços da Instituição Credenciada Executora ou Coexecutora conforme previsto no item 6.11(c).
4. Não poderão compor a base de cálculo das despesas operacionais e administrativas bem como dos custos indiretos, os demais itens classificados como Outras Despesas.

**TABELA A1 – Valor de Diárias no Exterior**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Grupos de Países** | **Valor da Diária (US$)** |
| **A** | Afeganistão, Armênia, Bangladesh, Belarus, Benin, Bolívia, Burkina-Fasso, Butão, Chile, Comores, República Popular Democrática da Coréia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Eslovênia, Filipinas, Gâmbia, Guiana, Guiné Bissau, Guiné, Honduras, Indonésia, Irã, Iraque, Laos, Líbano, Malásia, Maldivas, Marrocos, Mongólia, Myanmar, Namíbia, Nauru, Nepal, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Rep. Centro Africana, República Togolesa, Salomão, Samoa,  Serra Leoa, Síria, Somália, Sri Lanka, Suriname, Tadjiquistão, Tailândia, Timor Leste, Tonga, Tunísia, Turcomenistão, Turquia, Tuvalu, Vietnã, Zimbábue | **180** |
| **B** | África do Sul, Albânia, Andorra, Argélia, Argentina, Austrália, Belize, Bósnia-Herzegovina, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Camboja, Catar, Chade, China, Chipre, Colômbia,  Dominica, Egito, Eritréia, Estônia, Etiópia, Gana, Geórgia, Guiné- Equatorial, Haiti, Hungria, Iêmen, Ilhas Marshall, Índia, Kiribati, Lesoto, Líbia, Macedônia, Madagascar, Malauí, Micronésia, Moçambique, Moldávia, Níger, Nigéria, Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, Paquistão, Peru, Polônia, Quênia, República Dominicana, República Eslovaca, Romênia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sudão, Tanzânia, Uruguai, Uzbequistão, Venezuela | **260** |
| **C** | Antígua e Barbuda, Arábia Saudita, Azerbaidjão, Bahamas, Barein, Botsuana, Brunei Darussalam, Bulgária, Canadá, Cingapura, Congo, Costa do Marfim, Cuba, Djibuti, Emirados Árabes, Fiji, Gabão, Guatemala, Jamaica, Jordânia, Letônia, Libéria, Lituânia, Mali, Malta, Maurício, Mauritânia, México, República Democrática do Congo, República Tcheca, Rússia, San Marino, Santa Lúcia, São Cristovão e Névis, São Vicente e Granadinas, Taiwan, Trinidad e Tobago, Ucrânia, Uganda, Zâmbia | **310** |
| **D** | Alemanha, Angola, Áustria, Barbados, Bélgica, Cazaquistão, Coréia do Sul, Croácia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Granada, Grécia, Hong Kong, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Kuait, Liechtenstein, Luxemburgo, Mônaco, Montenegro, Noruega, Omã, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, República Quirguiz, Seicheles, Sérvia, Suazilândia, Suécia, Suíça, Vanuatu. | **370** |

##### **ANEXO B**

**REQUISITOS ACERCA DA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM SUBMETIDOS À ANP**

**B.1.** Este Anexo apresenta orientações específicas, complementares à elaboração de documentos pertinentes a projetos ou programas para fins de cumprimento do estabelecido neste Regulamento no que se refere à: Plano de Trabalho, Relatório Demonstrativo Anual de Despesas Realizadas com P,D&I, Relatório de Execução Financeira e Relatório Técnico.

**B.2**. Sempre que necessário, a ANP poderá rever as orientações previstas neste ANEXO mediante aprovação de sua Diretoria Colegiada.

**B.3. Plano de Trabalho de Projeto ou Programa**

B.3.1. O Plano de Trabalho se aplica a todo projeto ou programa executado no âmbito do cumprimento da obrigação de investimento em P,D&.

B.3.2. Na elaboração do Plano de Trabalho deverão ser observadas as regras de aplicação de recursos, bem como as orientações sobre despesas admitidas estabelecidas neste Regulamento, respectivamente nos Capítulos 4e 6.

B.3.3. O Plano de Trabalho de um projeto ou programa deverá conter as seguintes informações:

* + 1. Dados básicos do projeto ou programa:
       1. Título;
       2. Classificação do projeto quanto a Linha de Pesquisa/Linha Temática;
       3. Enquadramento das atividades e despesas conforme diretrizes estabelecidas nos Capítulos 4 e 6 do presente Regulamento;
       4. Custo Estimado;
       5. Prazo de Execução;
       6. Para projeto ou programa cooperativo deve ser apresentado orçamento total necessário para sua execução, discriminando os recursos referentes à Cláusula de P,D&I segundo cada Empresa Petrolífera participante e outras fontes de recursos, se for o caso.
    2. Dados Institucionais:
       1. Instituição Convenente– instituição responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro do projeto (Fundações/Instituições de Apoio);
       2. Instituições executoras – identificação da unidade de pesquisa de instituição credenciada, empresa Petrolífera e/ou empresa fornecedora de bens e serviços, executoras das atividades de P,D&I;
       3. Nº do credenciamento da Unidade de pesquisa de instituição credenciada pela ANP;
       4. Coordenador(es) do projeto ou programa – nome, vinculo com a instituição executora, CPF, e-mail e telefone.
    3. Dados técnicos do Projeto ou Programa:
       1. Fases anteriores (se existirem) – mencionar a realizaçãode projeto ou programa anterior cujo escopo esteja relacionado à proposta apresentada, reportar os resultados obtidos nestas fases e os avanços esperados com a realização do projeto ou programa proposto.
       2. Objetivos – exposição dos objetivos gerais e específicosa serem atingidos com a realização do projeto ou programa. Espera-se que os objetivos da proposta estejam bem definidos e sejam claramente descritos.
       3. Justificativas/Relevância – explicitar as motivações diretas para realização do projeto ou programa e sua relevância para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis.
       4. Desenvolvimento/Metodologia – apresentar, de forma fundamentada, a metodologia de execução do projeto e explicitar como as técnicas e processos utilizados contribuirão para a consecução dos objetivos propostos.
       5. Resultados esperados – explicitar, de forma clara e objetiva, os resultados a serem atingidos com a realização do projeto, especificando:
  1. Tipo de resultado esperado: desenvolvimento de produtos, processos, métodos ou técnicas de análise, sistemas; laboratório capacitado para realização de pesquisas específicas; etc.;
  2. Impacto tecnológico resultante: nova tecnologia ou tecnologia melhorada em escala mundial, nacional, regional ou local; linhas de pesquisa e tecnologias em desenvolvimento a serem beneficiadas pela ampliação da infraestrutura laboratorial disponível; etc.;
  3. Contribuição dos resultados a serem obtidos pela realização do projeto para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis.
     + 1. Mecanismos de acompanhamento e execução – devem ser explicitados os mecanismos e instrumentos de controle utilizados na execução do projeto e respectiva prestação de contas pela Empresa Petrolífera para acompanhamento técnico e financeiro desta execução.
       2. Equipe Executora – listagem da equipe executora do projeto (nomes, CPF’s, formação/experiência, instituição de origem, etc.) explicitando as atribuições, funções e atividades a serem desenvolvidas por cada membro da equipe em cada etapa do projeto. Explicitar o número de horas e período trabalhado por cada membro no projeto.
       3. Etapas, Cronograma Físico e Cronograma de Desembolso:

1. Apresentar etapas a serem cumpridas, relacionando-as com as respectivas atividades a serem desenvolvidas para sua concretização, e a duração prevista para cada etapa.
2. Reportar os indicadores físicos de execução – metas físicas – tais como relatórios parciais, testes executados, resultados parciais, etc., e os respectivos prazos para cumprimento.
3. Explicitar a compatibilidade entre o cronograma de execução física, o cumprimento das metas relacionadas e o cronograma de desembolso financeiro (os indicadores devem ser coerentes).
   * + 1. Orçamento Detalhado:
4. Descrição detalhada e justificada de cada despesa prevista, correlacionando-a, sempre que possível, às etapas e atividades previstas no plano de trabalho.
5. A estimativa de custos deve ser informada de forma discriminada para cada participante: Instituição credenciada, Empresa fornecedora de bens e serviços e outros co-executores.
6. No caso de haver participação de empresa ou instituição credenciada em projeto ou programa realizando atividades caracterizadas como de prestação de serviço, as despesas referentes à essas atividades deverão ser enquadradas conforme a natureza do executor da fase ou etapa do projeto.
   * 1. Quando o Plano de Trabalho contemplar despesas com Protótipos e Unidades-piloto como parte da instalação operacional da Empresa Petrolífera, deverá ser especificado:
        1. O esforço efetivo de P,D&I incorporado ao protótipo ou unidade-piloto, que venham a se traduzir em novas tecnologias, não dominadas pela indústria até então, distinguindo-se das atividades operacionais da Empresa Petrolífera;
        2. A participação percentual dos recursos estimados como P,D&I em relação ao custo final de tais protótipos ou unidades-piloto.

B.3.4. Na elaboração do Plano de Trabalho de projeto de Implantação ou Melhoria de Infra-estrutura Laboratorial, além do previsto no item B.3.3, no que couber, deverá ser observado o que se segue:

* + 1. Apresentação da infraestrutura física e de pessoal disponível na unidade em que será realizada o projeto - descrição em linhas gerais da unidade de pesquisa, área envolvida, lista de equipamentos disponíveis e pessoal técnico e administrativo disponível;
    2. Descrição das obras civis, reformas e adequações de infraestrutura propostas bem como do dimensionamento e configuração de equipamentos e materiais permanentes solicitados;
    3. Justificar a compatibilidade da infraestrutura requerida (porte das obras, viabilidade das reformas, dimensionamento e configuração dos equipamentos solicitados, etc.) com a já existente, com a produção científica e/ou tecnológica da unidade e com as necessidades da proposta de projeto apresentada;
    4. Produção científica e/ou tecnológica relevante e relacionada à temática do projeto, relação das linhas de pesquisa que serão viabilizadas, bem como, relação indicativa de projetos de P,D&I que serão executados uma vez concluído o projeto e outras informações que possam ser relevantes para avaliar a demanda de utilização da infraestrutura proposta.
    5. Deverá ser anexado ao Plano de Trabalho a declaração formal do representante legal da Instituição credenciada destinando o terreno para implantação da infraestrutura proposta.

B.3.5. Na elaboração do Plano de Trabalho de Programa de Qualificação de Recursos Humanos, além do previsto no item B.3.3, deverá ser observado:

* + 1. Registro de informações em atendimento ao previsto no Capítulo 5 do Regulamento Técnico ANP nº 07/2012.
    2. Caracterização do programa quanto ao tema de interesse, ênfase e áreas de conhecimento justificando a importância e inserção do programa no setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis.
    3. Objetivos específicos do programa apresentando os conhecimentos e habilidades a serem adquiridos pelos alunos integrantes do programa e sua importância para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis.
    4. Abrangência do programa, informações acadêmicas, currículo mínimo, ementas.
    5. Critérios e mecanismos de seleção, acompanhamento e desligamento de bolsistas do programa.
    6. Formas de participação da empresa Petrolífera no acompanhamento das atividades realizadas pelos bolsistas ao longo do programa.
    7. Monitoramento dos resultados do programa; avaliação da efetividade das atividades de qualificação (permanência do bolsista na área acadêmica e/ou inserção profissional no setor de petróleo e gás natural).
    8. Discriminação qualitativa e quantitativa de Bolsas, Equipe Executora e Taxa de Bancada.
    9. Descrição das atividades a serem realizadas pelos bolsistas ao longo do programa.

B.3.6. Na elaboração do Plano de Trabalho de Projeto específico de Contratação de Pessoal Administrativo e Técnico-Operacional, além do previsto no item B.3.3, deverá ser observado:

* + 1. Indicação do projeto autorizado que originou a infraestrutura laboratorial implantada, para a qual se dará a contratação de pessoal administrativo e técnico-operacional;
    2. Descrição, em linhas gerais, da instituição, da unidade de pesquisa, área envolvida, lista de equipamentos disponíveis e pessoal técnico e administrativo disponível;
    3. Listagem de projetos em execução, contratação e/ou negociação da unidade de pesquisa;
    4. Listagem de profissionais previstos para operacionalização da unidade laboratorial, acompanhado de justificativa detalhada das atividades, horas e período de trabalho no âmbito do projeto;
    5. Plano de auto-sustentação da infra-estrutura implantada na forma de contratação de pessoal permanente, a ser alcançado até a data de conclusão do projeto em proposição, devendo considerar para tanto, entre outras fontes de recursos, os benefícios econômicos gerados nas atividades de P,D&I voltadas para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis realizadas no âmbito da Instituição credenciada.

B.3.7. Na elaboração do Plano de Trabalho de Programa Tecnológico para Desenvolvimento e Capacitação de Fornecedores, o Plano de Negócios a que se refere o item 4.24, deverá conter, entre outros, os seguintes tópicos:

* + 1. Empresa – histórico; estrutura societária; estrutura organizacional; missão e parcerias.
    2. Aspectos Operacionais- produtos, processos e/ou serviços oferecidos; área de atuação; participação no mercado; capacidade instalada; competência tecnológica; competência de Recursos Humanos; atividades de pesquisa e desenvolvimento.
    3. Grau de Inovação – características quanto a inovação radical ou incremental, internacional, nacional ou regional; diferencial tecnológico; identificação de tecnologias concorrentes.
    4. Aspectos Mercadológicos do produto, processo e/ou serviço a ser desenvolvido – clientes; concorrentes; mercado potencial; fornecedores; segmentação; participação no mercado; riscos do negócio; estratégia de inserção no mercado.
    5. Aspectos Econômico-Financeiros do produto, processo e/ou serviço a ser desenvolvido - investimento inicial, receitas, custos, despesas e resultados projetados para os próximos 5 anos; fluxo de caixa projetado para cinco (5) anos; ponto de equilíbrio financeiro projetado.

B.3.8. A alteração do plano de trabalho de projeto ou programa aprovado pela ANP nos termos do Capítulo 5 poderá ter dispensa de consulta formal, nas situações em que houver alteração no valor global original do mesmo, e desde que não haja alteração de escopo, considerando o que se segue:

* + 1. A alteração corresponda a um acréscimo igual ou inferior a 10% do valor global previamente aprovado, desde que:
       1. Na existência de remanejamentos de valores dentro das categorias de despesa, capital e custeio, este seja de no máximo 30% do valor inicialmente aprovado, por categoria.
       2. A aplicação da receita financeira do projeto ou programa não seja suficiente para cobrir as despesas previstas na alteração.
    2. O acréscimo de 10% ao valor global está limitado a um valor máximo de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

**B.4. Relatório Demonstrativo Anual de Despesas Realizadas com P,D&I**

B.4.1. A Empresa Petrolífera deverá apresentar Relatório Demonstrativo Anual de Despesas Realizadas respectivo a cada modalidade de contrato gerador da obrigação de investimento em P,D&I, conforme disposto nos itens 7.12 a 7.16.

B.4.2. O Relatório Demonstrativo Anual deverá conter os seguintes itens de informação, no que couber:

* + 1. Identificação da Empresa Petrolífera;
    2. Identificação do contrato e campo gerador
    3. Identificação do valor de obrigação incorrida no período;
    4. Identificação do valor de Saldo de Recursos não Aplicados;
    5. Identificação de Compensação de Despesas com P,D&I;
    6. Quadro consolidado com as seguintes informações, discriminadas segundo as diretrizes estabelecidas nos itens 2.13, 2.14 e 2.15 deste Regulamento:
       1. Valor total referente aos projetos e programas contratados no período;
       2. Valor total realizado referente aos projetos e programas em execução no período;
    7. No que concerne a todos os projetos e programas:
       1. Apresentar a relação de projetos e programas com indicação do status: concluído ou em execução (data de início e término), aprovado ou não aprovado preliminarmente pela ANP (registro da aprovação), projeto ou programa em cooperação.
       2. No caso de projetos em cooperação discriminar os participantes, identificando os executores e fontes de recurso.
       3. Caracterização sucinta de cada projeto ou programa quanto a:
          1. Identificação do valor total e do(s) executor(es);
          2. Caracterização da(s) atividade(s) de P,D&I conforme diretrizes estabelecidas no Capítulo 4, bem como o enquadramento de despesas quanto aos itens 2.13, 2.14 e 2.15 deste Regulamento;
          3. Título, objetivos, benefícios para o setor, metas, cronograma, etapa(s) realizada(s) e valor das despesas realizadas no período de referência.
    8. Quadro demonstrativo consolidado com os resultados obtidos para projetos ou programas concluídos. No caso de projetos ou programas que geraram patentes ou aplicações comerciais, deverá ser especificada qual a participação de Instituições de P&D ou de empresas nos resultados obtidos (direito sobre propriedade intelectual, participação nos royalties, etc.).
    9. Demonstrativo das despesas realizadas no período, em projeto ou programa realizado em instalações laboratoriais da Empresa Petrolífera ou de sua afiliada localizada no Brasil, observando o que se segue:
       1. Despesas com pessoal – As despesas com pessoal podem ser rateadas nos projetos, fazendo-se necessário, para tanto, que seja observado o que se segue:
          1. Demonstrativo da quantidade total de horas alocadas em cada projeto, segundo cada membro da equipe executora, de forma a demonstrar a coerência entre a quantidade total de horas declaradas no projeto ou programa, o escopo das atividades realizadas e o tempo total de execução do projeto ou programa.
          2. Apresentação da metodologia utilizada para apropriação do valor total referente ao salário bruto de pessoal, efetuadas as devidas deduções pertinentes às horas dedicadas a atividades não qualificadas como P,D&I para efeito de abatimento da obrigação contratual.
          3. Na aprovação de despesas incorridas com pessoal serão considerados os parâmetros estabelecidos no item A.4.3.
          4. As informações a que se referem os itens (i.a.) e (i.b.) deverá ser feita em documento específico anexo ao Relatório Demonstrativo Anual de Despesas.
       2. Despesa com material de consumo:
          1. As despesas com materiais podem ser rateadas nos projetos utilizando-se como critério de rateio o fator obtido mediante a divisão do número de horas de pessoal alocadas no projeto pelo número total de horas de pessoal alocadas em todos os projetos, expurgados os projetos em que a utilização de materiais for improvável ou não significativa.
       3. Os valores para material de consumo e pessoal devem corresponder às despesas efetivamente declaradas Relatório Demonstrativo do período de referência.
       4. As despesas realizadas nas instalações da Empresa Petrolífera ou afiliada, relacionadas aos projetos e programas incluídos no Relatório Demonstrativo, devem ser segregadas daquelas despesas realizadas com outras atividades não relacionadas à Cláusula de P&D, como, por exemplo, projetos ou programas estratégicos não incluídos no Relatório, atividades de assistência técnica, engenharia básica rotineira, gestão tecnológica, além de atividades meio, tais como atividades administrativas (pessoal, compras, contabilidade, etc.), de manutenção, de segurança patrimonial, de conservação e limpeza, de transporte, etc..

**B.5. Relatórios de Execução Financeira de Projeto ou Programa Concluído ou Encerrado**

B.5.1. O Relatório de Execução Financeira deverá discriminar os registros referentes às despesas realizadas nas próprias instalações da Empresa Petrolífera, contratadas junto a empresas fornecedoras de bens e serviços e contratadas junto a instituições credenciadas, conforme o caso.

B.5.2. Todas as informações lançadas no Relatório de Execução Financeira devem ser compatíveis com aquelas constantes nos documentos comprobatórios para a fiscalização, de que trata o item 7.17.

B.5.3. O Relatório de Execução Financeira deverá ser estruturado de forma a conter os seguintes itens de informação, por projeto ou programa, quando aplicáveis:

* + 1. Relação de partícipes;
    2. Identificação do instrumento contratual;
    3. Período de execução financeira do projeto ou programa;
    4. Demonstrativo de receitas e despesas;
    5. Discriminação de despesas previstas e despesas realizadas;
    6. Demonstrativo das aquisições de equipamentos;
    7. Demonstrativo de rendimento de aplicação financeira;
    8. Demonstrativo de utilização do rendimento da aplicação financeira;
    9. Registros dos dispêndios realizados, por rubrica, identificando e correlacionando cada despesa com o número de seu respectivo documento fiscal comprobatório, com a atividade/etapa do plano de trabalho e com a fonte de recursos;
    10. Outros itens julgados pertinentes.

**B.6. Relatório Técnico Final de Projeto ou Programa Concluído ou Encerrado**

B.6.1. O Relatório Técnico Final deverá apresentar os seguintes itens de informação, quando aplicáveis:

* + 1. Informações de caráter geral - identificação do projeto, autorização preliminar da ANP, nº do instrumento contratual, executor(es), coordenado(es) e equipe técnica envolvida;
    2. Informações sobre o estado da arte do tema objeto da pesquisa;
    3. Descrição dos seus objetivos, aplicação e benefícios para o setor, dos procedimentos experimentais (materiais, equipamentos e métodos utilizados) e dos resultados obtidos;
    4. Avaliação dos resultados, conclusões e referências bibliográficas;
    5. Registro e caracterização dos seguintes Indicadores:
       1. Capacitação de recursos humanos;
       2. Novos produtos, processos, metodologias e serviços;
       3. Fase de alcance do projeto ou programa (EVTE, Estudo de mercado, Lote pioneiro, Cabeça de série, Protótipo, Fabricação Piloto);
       4. Depósito de patentes;
       5. Transferência de tecnologia (por consultoria, assistência técnica, serviço tecnológico);
       6. Publicações em periódicos, em anais e livros;
       7. Formação de infraestrutura de P,D&I (melhorias, ampliação, nova unidade);
       8. Outros indicadores.

B.6.2. No caso de projeto ou programa que envolva ou tenha por objeto a construção e instalação de protótipo e unidade-piloto deverão ser apresentados os desenhos, esquemas, layouts e outras informações que sejam necessárias para identificação das partes e componentes, dimensões e características, bem como a indicação do local de instalação e operação, quando for o caso.

B.6.3. No caso de projeto específico de implantação ou melhoria de infraestrutura laboratorial, deverão ser apresentadas fotos internas e externas que forneçam uma visão sobre o porte e características da edificação e sobre os principais laboratórios que foram implantados, bem como o quadro de áreas e relação de equipamentos, conforme apresentado no Anexo B1, quando aplicáveis.

**Anexo B1**

**I - EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS**

**Nome da Edificação:***As informações devem ser fornecidas por edificação autônoma, no caso de o projeto abranger mais de uma edificação.*

Quadro 1 - Área dos Laboratórios e demais ambientes

*Relação dos compartimentos/ambientes tal como estes são identificados no projeto executivo da edificação,   
com a especificação da respectiva área útil e tipo* ***(1)*** *dos mesmos.*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| *Pavimento* | *Compartimento/Ambiente* | *Área (m2)* | *Tipo* |
| *1º* | *1* |  |  |
| *2* |  |  |
| *n* |  |  |
| *Subtotal p/ pavimento* |  |  |
| *n* | *1* |  |  |
| *2* |  |  |
| *n* |  |  |
| *Subtotal p/ pavimento* |  |  |
| *Total* | |  |  |

(1) Identificar o tipo de compartimento/ambiente – **A, B ou C** – tendo como referência a classificação apresentada no quadro a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| ***Tipo*** | ***Descrição*** |
| **A** | Compartimentos/ambientes/instalações destinados à realização direta de atividades de P&D ou que forneçam suporte direto às mesmas, tais como laboratórios, sala de preparação de amostras, sala de lavagem, sala de comando e controle, sala de visualização, tanques de teste, etc. |
| **B** | Compartimentos/ambientes que apresentam correlação com as atividades de P&D, tais como sala de pesquisadores, sala de professores, auditório, biblioteca, sala de aula, sala de reunião, sala multiuso, etc.. Compartimentos/ambientes destinados às atividades administrativas e de apoio, tais como administração, secretaria, recepção, almoxarifado, oficina de manutenção, etc. |
| **C** | Áreas destinadas à circulação horizontal e vertical - tais como hall, corredor, rampa, caixa de escada e poço de elevador. Compartimentos comuns, que visam atender aos aspectos funcionais da edificação, tais como banheiros, vestiários, copa, refeitório, cozinha, subestação, casa de máquinas, sala de geradores, etc. |

Quadro 2 - Quadro de Áreas por Tipo e % sobre Área Total  
*Totalização dos valores lançados na Tabela 1 segundo os tipos ali especificados.*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| *Tipo* | *Área (m2)* | *% s/ Área Total* |
| *Tipo A* |  |  |
| *Tipo B* |  |  |
| *Tipo C* |  |  |
| *Total* |  |  |

Quadro 3 - Custo Total e Custo Unitário da Edificação

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| *Área Total Construída (m2):* |  | *Valor que corresponde à totalização dos valores lançados na Quadro 1* |
| *Custo Total (R$):* |  | *Valor Total despendido para a execução das obras civis, excluindo-se os custos referentes aos Serviços Complementares.* |
| *Custo Unitário (R$/m2):* |  | *Valor resultante da divisão do Custo Total pela Área Total Construída* |

Quadro 4 - Observações

*Incluir observações/comentários que sejam consideradas relevantes para melhor compreensão da infraestrutura implantada e respectivos custos, considerando, entre outros aspectos, as características da edificação e as referências de custos de mercado.*

|  |
| --- |
|  |

Quadro 5 – Relação dos Serviços Complementares relacionados à implantação da   
infraestrutura laboratorial

*- Especificar os itens de serviços complementares, que não integram a edificação propriamente dita, tais como urbanização; pavimentação; paisagismo; etc., ou de serviços especializados, que constituem unidade de custos específica, tais como construção de subestações; instalação de grupos geradores; fornecimento e instalação de elevadores; fornecimento e instalação de pontes rolantes, etc..*

*- A descrição deve conter informações relativas às características técnicas, porte e dimensionamento dos serviços, de forma a permitir uma aferição quanto à adequação dos custos correspondentes.*

*- A terceira coluna pode ser utilizada como índice para a inclusão de observações/comentários complementares referentes aos itens de serviços especificados, a serem inseridos no quadro “Observações”*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ***Descrição do Serviço*** | ***Custo Total*** | ***Obs.*** |
| *1* |  | *(a)* |
| *2* |  | *....* |
| *n* |  | *(j)* |
| *Total* |  |  |

Quadro 6 - Observações

*Incluir observações/comentários que sejam consideradas relevantes para melhor compreensão dos serviços especificados e/ou para justificar os respectivos custos.*

|  |  |
| --- | --- |
| *(a)* |  |
| *(b)* |  |
| *....* |  |
| *(j)* |  |

**II - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**

Quadro 7 - Relação dos Equipamentos e Material Permanente adquiridos no projeto

*Incluir informações referentes aos itens que apresentem custo superior a R$ 50 mil*

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ***Descrição*** | ***Quantidade*** | ***Preço Unitário*** | ***Preço  Total*** | ***Destinação  (nome do laboratório)*** |
| *1* |  |  |  |  |
| *2* |  |  |  |  |
| *n* |  |  |  |  |